



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

FRANCIELLE SANDOVAL

**A ATUAÇÃO DO PROJETO CURA EM LONDRINA
(1973 – 1980)**

Londrina
2012

FRANCIELLE SANDOVAL

**A ATUAÇÃO DO PROJETO CURA EM LONDRINA
(1973 – 1980)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de História da
Universidade Estadual de Londrina.

Orientador: Prof^a Dr^a. Zueleide Casagrande
de Paula

Londrina
2012

FRANCIELLE SANDOVAL

**A ATUAÇÃO DO PROJETO CURA EM LONDRINA
(1973 – 1980)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de História da
Universidade Estadual de Londrina.

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Zueleide Casagrande de Paula
Orientadora
Universidade Estadual de Londrina

Profª Drª Sônia Maria Sperandio Lopes
Adum
Universidade Estadual de Londrina

Profª Drª Miliandre Garcia de Souza
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, 05 de Dezembro de 2012.

Ao vô Lin.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de tudo, à minha família, por se fazer presente em todos os momentos dessa jornada, me apoiar incondicionalmente e provar que o amor supera qualquer distância.

Ao Marcelo, por tornar tudo mais fácil.

Agradeço aos professores do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina por contribuírem na minha formação e amadurecimento. Em especial às professoras Sônia Adum e Miliandre Garcia por aceitarem fazer parte de minha primeira banca examinadora.

Agradeço à professora Zueleide pelas longas conversas e orientações acadêmicas e para a vida.

Agradeço aos amigos de longa data e aos que tive o prazer de conhecer em Londrina. Nossos risos e frustrações compartilhados também fazem parte da minha constante formação.

À Vanda de Moraes, pela simpatia e carinho no pouco tempo de estágio na Diretoria de Patrimônio Artístico e Histórico-Cultural de Londrina.

Agradeço ao engenheiro Virgílio Moreira, por se dispôr a compartilhar suas memórias sobre Londrina.

À Maria Cecília Lucchese, pela atenção e envio de seu trabalho.

À Fundação Araucária e Universidade Estadual de Londrina, pela concessão das bolsas de iniciação científica que subsidiaram o desenvolvimento de minhas pesquisas ao longo da graduação.

Agradeço, por fim, aos funcionários do Arquivo Público Municipal de Londrina, Arquivo do Jornal Folha de Londrina, Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina, Biblioteca Pública Municipal de Londrina, Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss e Biblioteca da Fundação Prefeito Faria Lima/Centro de Estudos e Pesquisas em Administração Municipal. Sem o profissionalismo e ajuda de vocês, esse trabalho não seria possível.

As cidades, como nos sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas e que todas as coisas escondam uma outra coisa.

Ítalo Calvino

SANDOVAL, Francielle. **A Atuação do Projeto Cura em Londrina (1973 – 1980)**. 2012. 70 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a atuação do Projeto Comunidade Urbana Para Recuperação Acelerada – Cura – em sua aplicação na cidade de Londrina e de como ele inferiu mudanças em sua paisagem urbana. Para tanto, realizou-se a análise dos documentos produzidos pelos órgãos responsáveis pelo projeto a nível nacional e local para termos conhecimento das diretrizes e objetivos propostos por ele. Também foram selecionados recortes do jornal Folha de Londrina durante o período de atuação do Cura na cidade a fim de identificarmos seus desdobramentos no município. Inicialmente, procuramos contextualizar o cenário brasileiro e de Londrina e apontar as respectivas concepções de planejamento e medidas urbanas. Em seguida, analisamos as áreas de atuação do Cura no município. A concepção de cidade e dos elementos que a compõem, assim como as práticas sociais estabelecidas nesse espaço foram trabalhadas a partir dos autores Kevin Lynch e Michel de Certeau. O suporte teórico oferecido pelos autores direcionou nosso olhar em relação às implicações do Projeto Cura em Londrina.

Palavras-chave: Londrina, Projeto Cura, Cidade, Ditadura Militar, Planejamento Urbano.

SANDOVAL, Francielle. **The Role of Project Cura in Londrina (1973 – 1980)** . 2012. 70 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

ABSTRACT

This paper aims to reflect on the role of project “Urban Community For Accelerated Recovery – Cura” - in its application in the city of Londrina and how it inferred changes in city’s urban landscape. Therefore, we carried out an analysis of the documents produced by the bodies responsible for the project at national and local guidelines for terms of knowledge and objectives proposed by Cura. We also selected clippings of newspaper Folha de Londrina during the performance of Cura in order to identify its developments in the city. Initially, we tried to contextualize both brazilian and Londrina scenarios and point their planning conceptions and urban measures. Then we analyze the performance areas of Cura in the city. The conception of the city and its parts, as well as social practices established in this space, were worked from the authors Kevin Lynch and Michel de Certeau. The theoretical support offered by the authors directed our gaze on the implications of Project Cura in Londrina.

Key words: Londrina, Project Cura, City, Military Dictatorship, Urban Planning.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 10 |
| 2. A CIDADE DE LONDRINA E O PLANEJAMENTO HABITACIONAL (1950 – 1970) | 14 |
| 2.1 O Governo Militar e a Proposta de Planejamento Urbano: o cenário para a aplicação do Cura | 22 |
| 2.2 O Projeto Comunidade Urbana Para Recuperação Acelerada - Cura..... | 25 |
| 2.3 O Projeto Cura em Londrina (1973 – 1980) | 33 |
| 3. ÁREAS DE ATUAÇÃO DO CURA EM LONDRINA | 35 |
| 3.1 Projeto Piloto | 35 |
| 3.1.1 As áreas: Parque Guanabara e Vila Higienópolis | 37 |
| 3.2 Plano Plurianual: definições e proposições | 54 |
| 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 65 |
| 5. REFERÊNCIAS | 66 |

1. INTRODUÇÃO

As cidades são estruturas dinâmicas que estão em constante mudança. São construídas por diferentes atores que as compõem e moldadas pelas mais variadas formas de poder. Além de seus habitantes, os poderes público e privado de diferentes esferas atuam diretamente em sua forma, através de intervenções urbanas que atendem a interesses múltiplos, pois ela “não é construída para uma pessoa, mas para um grande número delas, todas com grande diversidade de formação, temperamento, ocupação e classe social” (LYNCH, 1997, p.123).

Atualmente, mais de 80% da população brasileira reside em cidades. Esse fenômeno tomou maiores proporções entre as décadas de 1960 e 1970, quando a população urbana ultrapassou a rural.¹ Diante de tal quadro, medidas começaram a ser tomadas justamente com o intuito de intervir na configuração do espaço urbano. Uma delas foi o Projeto Comunidade Urbana Para Recuperação Acelerada – Cura² – idealizado e executado durante o regime militar brasileiro (1964 – 1985). Como o próprio nome assinala, o projeto era direcionado a recuperar áreas selecionadas nas cidades que estivessem dentro dos parâmetros estabelecidos por suas normas.

O município de Londrina foi um de seus primeiros integrantes. Entre os anos de 1974 a 1980, o projeto atuou em oito áreas através de duas etapas: projeto piloto e plano plurianual. Financiado pelo Banco Nacional de Habitação – BNH –, era executado diretamente por órgãos estabelecidos pela Prefeitura Municipal, sempre supervisionado de perto por funcionários técnicos do banco.

Ao pensarmos o Projeto Cura como uma das formas de intervenção na paisagem urbana da cidade de Londrina, procuramos identificar de que forma se deu sua atuação no município.

Para tanto, o primeiro capítulo foi direcionado a abordar os contextos nacional e local em que o Cura foi criado e implantado. O historiador Miguel Arias Neto (1998) auxiliou na compreensão sobre a formação da cidade de Londrina e de como seu espaço urbano se configurou até a década de 1970. O pano de fundo desse cenário foi a constante tentativa de consolidação da idéia de *Eldorado*, onde as terras roxas

¹ Dados: IBGE. Séries estatísticas & Séries históricas. Disponível em <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP122&t=taxa-urbanizacao>>. Acessado em 21 de nov. 2012.

² O Projeto: Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada – Cura, doravante será mencionado também como: Projeto Cura, ou apenas Cura.

do norte do Paraná eram sinônimo de riqueza. Atrelado a isso, havia a necessidade da constituição de uma Londrina bela e moderna, que condissesse com o poder que essas terras representavam. A busca por esse ideal de cidade acarretou a tomada de medidas por parte do poder público, como leis de zoneamento a fim de controlar o uso do solo urbano. Nesse sentido, além do já citado historiador, apoiamos-nos em autores de diferentes áreas que se preocuparam em analisar a questão urbana de Londrina, como é o caso dos arquitetos e urbanistas Nestor Razente (2011) e João Baptista Bortolotti (2007), além da professora e geógrafa Tânia Maria Fresca (2002). Também utilizamos documentos elaborados no período acerca do cenário urbano do município: o “Plano Preliminar Londrina”, elaborado pela Assessoria de Planejamento – S/A – no ano de 1967 continha, além das diretrizes do que viria a ser o plano diretor para a cidade, levantamento de dados sobre os mais diversos aspectos do município e projeções populacionais e de padrão de vida para ele. Tivemos contato com o relatório produzido pela Secretaria Municipal de Planejamento de Londrina intitulado “Londrina situação 79 – Plano de Desenvolvimento Urbano” datado de 1979 e que possuía os dados da estrutura do município até o período.

Em relação à concepção de planejamento urbano durante o regime militar, apoiamos-nos nos pressupostos do professor de planejamento urbano Csaba Deák (2010), Paul Singer (1995), também professor e economista e da professora de sociologia Maria José de Rezende (2001), que aborda os planejamentos do período como uma das medidas de legitimação do governo.

O segundo capítulo foi destinado à atuação do Projeto Cura em Londrina. Primeiramente nos atentamos ao projeto piloto, em especial às áreas Vila Higienópolis e Parque Guanabara. Atualmente são duas regiões semelhantes e importantes da zona central. Desfrutam da beleza do Lago Igapó e possuem satisfatórios equipamentos urbanos, caracterizando-se como regiões de classe média. Entretanto, eram duas áreas muito distintas na época de aplicação do projeto. A Vila Higienópolis já possuía a configuração que tem hoje – era um bairro de padrão médio, bem equipado e organizado –, diferente do Parque Guanabara, que era uma área de padrão baixo, com casas de madeira, ruas sem asfalto e isolado da cidade por não haver ligação eficiente entre o bairro e o centro em virtude dos limites impostos pelo lago. Tendo em vista tal realidade, procuramos identificar

até que ponto o Projeto Cura teve influência na mudança desses locais, que passaram a ser áreas integradas e de grande beleza paisagística.

Posteriormente, discorreremos sobre as proposições do plano plurianual para as cinco áreas selecionadas e procuramos refletir sobre as medidas executadas pelo projeto em sua última etapa.

A produção bibliográfica sobre o projeto ainda é bastante limitada. A principal obra acadêmica utilizada foi a dissertação de mestrado da arquiteta e urbanista Maria Cecília Lucchese, defendida na Universidade de São Paulo no ano de 2004. Seu trabalho não foi encontrado nos meios eletrônicos, tampouco na biblioteca da Universidade Estadual de Londrina, entretanto a autora gentilmente nos enviou uma cópia quando solicitado por e-mail. Lucchese abordou as diferentes fases e objetivos de um projeto que buscava, segundo ela, curar as cidades. Com isso, ela analisou o caso de cinco cidades que executaram o projeto: São Paulo, Londrina, Presidente Prudente, João Pessoa e Osasco.

O principal trabalho sobre o Cura em Londrina é a tese do sociólogo João Batista Filho, defendida também na Universidade de São Paulo no ano de 1985. O autor voltou seu estudo especificamente ao Parque Guanabara e procurou trabalhar sobre a mudança do perfil da população da área logo após o projeto.

Além dos já citados autores e também os demais que abordamos ao longo do trabalho, utilizamos os cadernos de estudos elaborados pela Secretaria Municipal de Planejamento de Londrina, órgão responsável pelo levantamento de dados e proposições de obras do Cura na cidade, a fim de identificar o perfil das áreas selecionadas para o projeto e as respectivas intervenções a serem feitas. O relatório da Fundação Prefeito Faria Lima/Centro de Estudos e Pesquisas em Administração Municipal, datado de 1987, nos apontou os resultados obtidos com o Cura em treze cidades brasileiras, inclusive Londrina. Apesar de não trazer dados detalhados dos projetos, foi importante fonte de consulta sobre o período pós Cura³.

Utilizamos, por fim, publicações do jornal Folha de Londrina⁴ veiculadas durante o período de atuação do projeto. Através desse material buscamos

³ Não foram encontrados documentos elaborados por quaisquer órgãos da Prefeitura Municipal de Londrina referentes ao projeto depois de concluído, como relatórios, levantamentos, etc. Os materiais citados foram o caminho encontrado para que tomássemos conhecimento da participação do Cura em suas áreas de atuação.

⁴ O jornal Folha de Londrina foi fundado a partir da sociedade entre João Milanez e o jornalista Correia Neto no ano de 1970. Ao longo do tempo, o jornal foi adquirindo maior importância e

identificar sua repercussão e qual foi o direcionamento dado ao Cura por este veículo de comunicação.

A reflexão sobre a atuação do Projeto Cura na cidade de Londrina teve por base os autores Kevin Lynch (1997) na obra “A Imagem da Cidade” e Michel de Certeau, Luce Giard e Pierre Mayol no livro “A Invenção do Cotidiano: 2. morar, cozinhar” (2003). O suporte teórico oferecido por eles direcionou o olhar sobre os elementos e práticas do universo urbano que sofreram implicações do Cura. A imagem urbana, as relações traçadas no espaço delimitado pelo bairro, o papel das intervenções urbanas foram alguns dos pontos que procuramos discutir ao longo do trabalho.

2. A CIDADE DE LONDRINA E O PLANEJAMENTO HABITACIONAL (1950 – 1970)

Emancipada na década de 1930, a cidade de Londrina ficou marcada pela ação da Companhia de Terras do Norte do Paraná e seus panfletos publicitários que exaltavam a fertilidade das terras roxas norte paranaenses⁵, referindo-se à região como “Eldorado”, a fim tanto de atrair compradores para o local, como para angariar mão-de-obra barata para a cultura agrícola que vinha se expandindo, conforme aponta Arias Neto (1998). Com isso, “Londrina vai ganhando fama de ser um local onde se encontra trabalho e se pode produzir. Assume também o *status* de cidade planejada e organizada urbanisticamente” (JANUZZI, 2005, p. 89). A cidade igualmente serviu como palco do fenômeno migratório campo-cidade que ocorrera no Brasil entre os anos de 1950 e 1970, porém não pelas atividades industriais como nas cidades de grande porte – São Paulo, por exemplo. Já na década de 1940, impulsionada pelos lucros do mercado cafeeiro, a população da cidade começou a crescer de maneira expressiva.

Segundo o site oficial da Prefeitura Municipal de Londrina, em 1950 a cidade contava com 71.415 habitantes, sendo que 32.230 (47,93%) residiam na área urbana e 37.182 (52,07%) na área rural. Em 1960 percebemos significativa mudança no cenário da cidade: a população urbana ultrapassou a rural, com 77.382 (57,40%) habitantes urbanos, contra 57.439 (42,60%) habitantes rurais, totalizando 134.821 habitantes dos perímetros urbano e rural. Em 1970 a população total é de 228.101 habitantes, sendo 163.528 (71,69%) habitantes da zona urbana e 64.573 (28,31%) habitantes da zona rural⁶. A população urbana de Londrina ultrapassou a rural em momento diferente do que o cenário brasileiro de maneira geral, pois em 1960 a maior parte do contingente populacional residia no campo: dos 70.967.185 habitantes brasileiros, 31.990.938 indivíduos moravam na zona urbana e 38.976.247 residiam na zona rural. Somente na década seguinte o quadro

⁵ A respeito da história de Londrina e região há hoje, vários trabalhos relaizados, mas destacamos dois entre eles: ADUM, Sônia M. S. Lopes. *Imagens do Progresso: Civilização e Barbárie em Londrina (1930 – 1960)*. Dissertação de Mestrado, UNESP, 1991; TOMAZI, Nelson Dacio. "Norte do Paraná": história e fantasmagorias. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná, 1997.

⁶ Estes dados foram obtidos no site Oficial da Prefeitura Municipal de Londrina, extraído a partir dos dados do IBGE. Disponível em <http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=163&Itemid=66>. Acessado em 23 de jul. de 2012.

se inverteu, uma vez que 52.108.756 eram habitantes urbanos e 41.105.545 eram rurais, num total populacional de 93.215.301 habitantes.⁷

Em decorrência do expressivo crescimento do contingente urbano, na década de 1950 começou-se a pensar o planejamento da cidade de Londrina. A idéia de modernidade urbana havia sido incorporada pelo governo local e se manifestava nas construções como, por exemplo, a edificação da Rodoviária Municipal, cuja obra do Arquiteto Vilanova Artigas representava a modernidade que chegava à cidade, entre outras.⁸ Acreditava-se, já naquele momento, que o intenso fluxo populacional que vinha ocorrendo acabaria por gerar uma desordem urbanística. O discurso de modernidade do município de Londrina tratava-se de uma questão

[...] fundamentalmente política, uma vez que através de uma legislação implacável o poder buscou ordenar e racionalizar a cidade que crescia aceleradamente e, ao mesmo tempo, legitimar as desigualdades sociais que se aprofundavam nos anos cinquenta. Tratava-se, portanto, de assegurar as condições de reprodução do desenvolvimento econômico, sob a égide da centralização do poder político. (ARIAS NETO, 1998, p.143)

A cidade, que contava com intenso fluxo cafeeiro e via o enriquecimento de grandes produtores e donos de fazenda, necessitou ser moldada de acordo com as aspirações desse segmento e fazer jus ao potencial econômico que gozava. Procurou-se, portanto, sua racionalização através do estabelecimento de normas para o uso do solo urbano, dentre elas o Código de Obras – Lei nº 281 de 26 de janeiro de 1955 – que postulava que toda e qualquer obra e/ou modificação a ser realizada na cidade teria antes que passar pela aprovação da administração do município. Nessa mesma década, anterior ao estabelecimento do Código e Obras, tivemos a implantação da Lei nº 133/51, elaborada pelo urbanista Prestes Maia que tinha como objetivo disciplinar o crescimento de Londrina, estabelecendo normas

⁷ Dados extraídos de: IBGE. *Estatísticas do século XX*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/seculoxx>>. Acessado em 23 de jul. de 2012.

⁸ João Batista Vilanova Artigas nasceu em Curitiba em junho de 1915, formou-se na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e foi um dos principais expoentes da arquitetura modernista do país. A Rodoviária Municipal foi inaugurada no ano de 1952 e há certa polêmica em relação a participação ou não de Carlos Cascaldi no projeto. Sobre a parceria entre os arquitetos, ver texto de Zuleide Casagrande de Paula intitulado: “A produção de um intelectual paranaense na construção da idéia de arquitetura paulista/brutalista”, apresentado no XIII Encontro Estadual de História de Londrina – UEL, 12 a 15 de Outubro de 2012, denominado A Escrita da História, na seção: Personagens Populares e Intelectuais na Escrita da História. Também foi apresentado e aprovado à Fundação Araucária no relatório final de pesquisa, com o título: “Mapeamento das Obras de Vilanova Artigas em São Paulo”, fevereiro de 2012.

para loteamento e urbanização da cidade. O arquiteto e urbanista Nestor Razente (2011, s/p), argumenta que a aplicação da lei resultou em medidas de segregação sócio-espacial:

[...] o novo já nasce perpetuando situações passadas que se queria eliminadas porque as pressões do capital imobiliário tiraram daquele documento legal as exigências infraestruturais para os espaços direcionados aos segmentos de baixa renda sob o argumento de que os custos da produção dos espaços elevariam os preços do solo negociados com os consumidores. Apesar de editar normas técnicas que agiam a favor do interesse coletivo, a referida lei consagra a distinção espacial das classes sociais.

Ainda sobre essa mesma medida Razente afirma que a configuração do espaço urbano após a regulamentação foi capaz de promover a divisão da cidade em

[...] zonas de uso e ocupação urbana em acordo com as classes sendo que a zona destinada a abrigar as “classes superiores” é o centro da cidade. Nela proíbe-se a construção de casas de madeira consideradas como símbolos do atraso. Numa paisagem cravada por edificações em madeira (matéria prima abundante na região) as casas de tijolos sintonizam o progresso e a modernidade promovendo a diferenciação do seu proprietário (RAZENTE, 2011, s/p).

Ou seja, a medida favoreceu o setor imobiliário e este moldou a cidade da maneira que lhe satisfez, dando outro direcionamento ao crescimento do sítio urbano e alterando algumas configurações já estabelecidas. Através dela, a cidade foi passando a ter locais constituídos a partir do poder econômico do morador, limitando, portanto, certos espaços dentro da malha urbana. A Lei 133/51 causou muita polêmica e várias opiniões contrárias a sua aplicação, entretanto, essa proposta foi implantada e se concretizou através de governos posteriores.

Além das medidas de zoneamento, outros foram os fatores que contribuíram para a transformação urbana. Um deles se manifestou ao longo da década de 1960, possibilitado pela gradual derrocada da cultura cafeeira, a introdução de novas atividades agropecuárias e também o tardio (se comparada com a tendência dos principais centros urbanos) ingresso da cidade de Londrina ao processo industrial. Segundo Fresca (2002, p.245)

A década de 1960 marca sob vários aspectos, o início de um longo processo de transformações gerais que incidiram não só no município de Londrina, como em todo o norte do Paraná. Se até então o Paraná, em especial a porção norte, era área de expansão da frente pioneira, significando incorporação de novas terras à

produção agropecuária, forte crescimento demográfico vinculado principalmente à chegada de novos habitantes, forte produção cafeeira, apoiada numa estrutura dimensional de pequenos estabelecimentos rurais, e predomínio da força de trabalho familiar, a partir de então estas estruturas e relações sociais começaram a ser alteradas.

Uma das práticas que se alteraram foi a migração para a cidade como alternativa de sobrevivência, visto que muitos proprietários do cultivo do café perderam suas terras. Com isso “surge um novo personagem, que habita a cidade e trabalha esporadicamente no campo: o trabalhador volante, mais conhecido como bóia-fria” (ARIAS NETO, 1998, p. 246). Esse novo personagem, desprovido de recursos financeiros e direcionado através do zoneamento da cidade, vai se instalar em zonas periféricas, locais que condiziam com sua situação econômica.

O intenso contingente populacional que vinha se instalando de maneira irregular na cidade acarretou a desestruturação de diversos setores urbanos, inclusive o habitacional, visto que a cidade não estava preparada para tal crescimento demográfico. Assim como foram criados órgãos urbanos no âmbito federal, o mesmo ocorreu no âmbito estadual e municipal, seguindo as diretrizes nacionais de habitação e urbanização:

No Estado do Paraná foi criada a COHAPAR – Companhia de Habitação do Paraná para atender a questão habitacional no estado. A COHAB – Companhia de Habitação foi criada na esfera local para atender os municípios que fossem interessados em desenvolver políticas habitacionais e a construção de casas. A COHAB-LD de Londrina foi criada pela Lei Municipal nº 1.008 de 26 de agosto de 1965, de acordo com as diretrizes e normas da Lei Federal nº 4.380 de 21 de agosto de 1964 (BORTOLOTTI, 2007, p.109).

A COHAPAR foi fundada⁹ em 1965, por meio da Lei nº. 5.113. A companhia veio substituir a Caixa de Habitação Popular do Estado do Paraná e “com o objetivo de integrar os Estados e municípios no Sistema Financeiro de Habitação (SFH)” (CREA, 2009, p. 17). Durante os anos de governo ditatorial, a instituição ficou submetida aos critérios do banco fundado por ele; após o fim do regime militar, a companhia expandiu seu trabalho e criou escritório em diversas outras cidades.

⁹ É comum encontrar em alguns meios que a fundação da COHAPAR ocorreu durante o governo de Algacir Guimarães. O mandato de Ney Braga vai de 31 de janeiro de 1961 a 17 de novembro de 1965 e o de Algacir compreende o período entre 20 de novembro de 1965 e 31 de janeiro de 1966, fase da dissolução dos partidos políticos pelo governo Castelo Branco. Ainda não se pode afirmar, no presente trabalho, a data precisa da fundação da Companhia, porém através da pesquisa já realizada, mesmo que ela tenha sido fundada com Algacir no governo do estado, esta já vinha sendo idealizada pelo governo anterior, de Ney Braga.

As Companhias de Habitação foram instituídas a níveis locais para cuidar das habitações da população de menor renda (inicialmente três e após algum tempo cinco salários mínimos). Apesar de criada em 1965, a COHAB-LD passou a atuar de fato na década de 1970, período de expansão e potencialização das unidades populares construídas.

Ainda durante os anos de 1960, regulamentações quanto ao uso e ocupação do solo foram aprovadas pela Câmara Municipal, tal como a Lei nº. 660 de 20 de outubro de 1961 que “não permitia a localização de novas construções de máquinas de café, arroz e algodão em áreas residenciais, estabelecendo o prazo para que fossem transferidas” (BORTOLOTTI, 2007, p.109) em virtude de que, segundo o autor, tais atividades geravam barulho e desorganização do trânsito decorrente do fluxo de caminhões de carga. A mesma lei regulamentava e procurava estabelecer locais apropriados para o desenvolvimento de atividades industriais.

Foi nessa década que as atenções se voltaram ao planejamento urbano e um plano diretor passou a ser visado em Londrina. Desse modo, foi feito um concurso a nível nacional no qual “as empresas participantes teriam que apresentar um plano preliminar fundamentado em um modelo de desenvolvimento urbano para Londrina” (BORTOLOTTI, 2007, p.112). A empresa vencedora foi a Assessoria de Planejamento – ASPLAN S/A – sediada na cidade de São Paulo. O Plano Preliminar Londrina elaborado por ela no ano de 1967 tinha o intuito de lançar hipóteses sobre o desenvolvimento da cidade ao longo de quinze anos, além de estabelecer as proposições básicas do Plano Diretor, entendido como sendo

[...] o instrumento mais eficiente de que pode dispôr [sic] uma administração municipal para garantir à comunidade urbana, durante as transformações inevitáveis que se operam numa cidade *moderna*, a satisfação de suas principais necessidades físicas e sociais, como o emprêgo [sic] mínimo de recursos financeiros e humanos (ASPLAN S/A , 1967, p.4, grifo nosso).

O Plano Diretor era entendido como um instrumento a ser aplicado em cidades *modernas*, locais que vinham se desenvolvendo urbanisticamente, vivenciavam a intensificação da aglomeração urbana e que necessitavam de organização. É possível relacionar as diretrizes do Plano Diretor imaginado para Londrina aos pressupostos abordados por Singer (1995, p.174) quando este, ao refletir sobre a concepção dos planos diretores, diz que eles são como

“instrumentos de ordenação, regulamentação e racionalização do desenvolvimento global das cidades”, ou seja, uma vez que a cidade *moderna* vinha se transformando, ela mesma urgenciava por uma racionalização para esse processo de transformação, tornava-se preciso, portanto, partindo da racionalidade apontada por Singer, aplicar medidas para que tais mudanças fossem controladas e as necessidades que acarretavam fossem sanadas.

Mais adiante, outra passagem no interior do texto do Plano chamava atenção para a necessidade do planejamento e controle dos fenômenos urbanos, pois estes corriam o risco de serem guiados por determinados grupos, caso não fossem tomadas as medidas necessárias ao impedimento de práticas “econômicas e políticas” norteadoras da direção para a qual a cidade deveria crescer ao longo do tempo. Certamente as conseqüências seriam danos sociais consideráveis, pois disponibilizariam a exploração de interesses individuais e empresariais:

Sem planejamento, as cidades se desenvolvem em conseqüência de decisões autônomas de indivíduos, emprêsas [sic] ou órgãos públicos, que refletem a visão parcial de um grupo de interesses [sic] ou de um setor de atividades. Tais decisões são tomadas geralmente visando a um objetivo imediato, sem considerar as suas conseqüências a longo prazo.

O planejamento procura fazer com que as decisões tomadas diariamente para resolver problemas imediatos conduzam à consecução dos objetivos estabelecidos de longo prazo. (ASPLAN S/A, 1967, p.8)

Alertava ainda para a relevância de se ter um planejamento, visto que este visaria atender as demandas que surgiriam diariamente expostas no acordo tácito feito entre população e governo, no momento da eleição, no sentido de viabilizar as ações práticas em conjunto com a sociedade: “O planejamento urbano é um processo pelo qual o Gôverno [sic] Municipal e a população concordam em estabelecer os objetivos de longo prazo.” (ASPLAN S/A, 1967, p.10).

O Plano Preliminar constantemente abordava Londrina como sendo a “capital regional de todo o norte do Paraná” e enfatizava seu potencial econômico e destaque na região. Em uma das projeções feitas para a cidade, acreditava-se que

[...] no prazo de 15 anos, Londrina terá cêrca [sic] de 240.000 habitantes¹⁰. Ao mesmo tempo, os níveis de vida deverão ser mais

¹⁰ Tendo o plano sido elaborado em 1967, a projeção de 15 anos seria para meados da década de 1980. Nesse período, a população de Londrina era de 301.711 habitantes, mais de 60 mil que o projetado. Destes, 88,48% residiam na zona urbana e 11,52% na zona rural. (Dados: Prefeitura Municipal de Londrina. Disponível em

elevados e maior percentagem da população gozará de tempo livre, disporá de veículo próprio e terá o hábito de viajar nos fins de semana. (ASPLAN S/A, 1967, p.32)

A concepção futura para Londrina era de uma cidade em que a maioria dos habitantes levasse um padrão de vida médio, com veículos a disposição e condições de arcar com viagens todos os fins de semana. Não é possível saber, entretanto, de que maneira a maioria dos moradores passaria a contar com tal padrão. O que podemos notar é a projeção de uma cidade destinada a certo perfil populacional.

O começo dos anos 1970 em Londrina foi marcado pelo déficit habitacional e pela proliferação de favelas nos fundos do vale e áreas vizinhas. Eram nove bairros ao todo: “Bom Retiro, Grilo, Esperança, Pito Aceso, Grilinho, Boa Vista, Novo Mundo, Vila Paulista e Marisa” (BORTOLOTTI, 2007, p.119). Podemos dizer que havia uma desestruturação no setor habitacional e que o planejamento proposto não conseguia abrigar adequadamente o contingente populacional que vinha se instalando na cidade, oriundos das mais diferentes localidades, e não oferecia boa condição aos que já estavam instalados nos bairros. A distância desses bairros do centro da cidade, a ausência de equipamentos urbanos e a falta de transporte agravavam a situação desses locais.

Outro problema contribuía para realçar as diferenças. Os indivíduos oriundos da zona rural foram considerados responsáveis pelo nascimento e expansão das favelas na cidade, como se a carência na malha urbana fosse uma ação resultante da instalação desses indivíduos no perímetro urbano, e não da falta de medidas eficientes por parte do poder público para responder as demandas cidadinas. Os migrantes não eram figuras bem-vindas desde os anos 1950. Contudo, quando o êxodo rural passou a se intensificar nos anos de 1960, esse quadro se agravou consideravelmente. Se por um lado poderiam representar aumento da mão-de-obra no espaço urbano, por outro prejudicavam a imagem de cidade organizada, modelo que estava no plano das idéias da elite local.

Arias Neto (1998, p.165) chama atenção para esse quadro:

O abismo entre a cidade desejada pelas elites e a cidade que ia se constituindo era, no entanto, imenso. A concepção racionalizadora, por um lado, nasceu como resposta à desordem e ao caos da cidade em crescimento acelerado, mas por outro, uma vez fixadas

as lentes a partir das quais o real, ou seja, as práticas dos homens eram interpretadas, tudo o que pudesse ameaçar a consolidação da modernidade urbana foi posto no registro da ignorância, do atraso, da marginalidade. Por um lado a migração era desejada, pois propiciava a formação de um mercado de mão-de-obra barata no campo. Por outro, ao lado dos trabalhadores vieram milhares de pessoas que buscavam o enriquecimento fácil: os aventureiros, os escroques, as prostitutas, os golpistas, bem como miseráveis que tinham esperança de construir uma vida melhor no Eldorado. O poder local, não podendo eliminar a presença dos indesejáveis, procurou controlar e limitar a atuação dos mesmos.

A essa contribuição de Arias Neto vale ressaltar que, segundo dados do documento Londrina Situação 79 – Plano de Desenvolvimento Urbano (1979), 35% da população urbana de Londrina tinha procedência rural e 66% de toda a população do município era formada por imigrantes na década de 1970. Mesmo assim, desde meados de 1950 esses habitantes foram estigmatizados e postos de lado na formação da cidade, relegados, como já observado, nas favelas que contavam com instalações precárias de habitação e infraestrutura. No final da década de 1970 a cidade totalizava 13 favelas e 6 núcleos, com 1.533 barracos e 1.593 famílias, perfazendo uma população estimada em 8.153 pessoas residentes nesses locais (PDU-LONDRINA, 1979, p.74).

Procuramos mostrar até aqui que a população de Londrina não se constituiu dentro de uma homogeneidade, mas sim foi composta por indivíduos oriundos de diferentes partes, com costumes particulares, práticas diversas e que também vieram integrar a cidade, todos esses habitantes são responsáveis por sua existência nessa condição em que alcançou. A cidade é uma “organização mutável e polivalente”, remetendo às palavras de Kevin Lynch (1997, p.101). Está em constante mudança e seus habitantes apropriam-se dela no sentido de dotá-la de significações e leituras próprias. Os habitantes são a natureza da cidade, os responsáveis por fazer com que esse organismo permaneça vivo, em constante mudança e, sobretudo, seja composto por singularidades que fazem com que cada espaço seja único.

Foi para essa cidade, cujo “cenário” tentamos narrar de forma breve e que foi palco de planejamentos locais que visavam transformá-la em uma cidade *moderna*, para a qual se voltaram as atenções dos governos Federal e Municipal. Dessa feita, os interesses não eram apenas locais, mas também de outras esferas governamentais, pois estes almejavam implantar em seu espaço urbano um dos

projetos que dava destaque ao governo Federal e explicitava as principais diretrizes e concepções do que seria o planejamento urbano: o Projeto Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada – Cura.

2.1 O Governo Militar e a Proposta de Planejamento Urbano: o cenário para a aplicação do Cura

O planejamento urbano¹¹ passou a receber maior atenção e ter políticas voltadas a ele a partir do golpe militar de 1964. Foi durante o regime ditatorial que tomou conta do Brasil por vinte e um anos que a questão urbana contou com aparato político, setores específicos e agentes voltados apenas para seu planejamento e execução, assim como capital exclusivo. Isso não foi por acaso. Além de procurar conter a massa de cidadãos insatisfeitos que vinham se organizando em razão das condições ruins de moradia e falta de infraestrutura, o governo federal voltou sua atenção para as políticas urbanas. Esta também era uma maneira de controlar o uso do solo e configurá-lo da maneira que fosse mais pertinente ao poder em vigência.

A cidade brasileira era planejada por técnicos, moldada por um saber tecnicista, ou seja, direcionada a questões específicas e isoladas, que não a entendiam como um todo. Acreditava-se que os planos seriam a melhor maneira de alcançar a racionalização e controle do espaço urbano. Nessa direção Carlos Vainer (2003, p.27) aponta que

A ditadura militar levou ao paroxismo a concepção técnica/tecnocrática do planejamento urbano. Os técnicos, os planejadores, detentores de conhecimento e saber especializados, seriam capazes de fazer diagnósticos e propor soluções

¹¹ Segundo Csaba Deák (2010, p.13), por planejamento urbano entendia-se “o conjunto de ações de ordenação espacial das atividades urbanas que, não podendo ser realizadas ou sequer orientadas pelo mercado, tinham que ser assumidas pelo Estado, tanto na sua concepção como na sua implementação. Em sua época de ouro, foram elaborados grandes, às vezes grandiosos, “planos integrados de desenvolvimento” (os PDI) para todas as cidades brasileiras, exceto as poucas que ficavam à margem do surto de urbanização. Tais planos, mais por falta de critério de delimitação do campo do que seria “planejamento urbano” do que por arroubos de ambição excessiva, abrangiam todos os aspectos possíveis e imagináveis da vida das cidades, desde obras de infraestrutura física até a renovação e o desenho urbanos, ordenação legal do uso do solo e da paisagem urbana, até a provisão de serviços tão pouco espacial-específico quanto saúde e educação pública”. A época de ouro à qual o autor se refere é justamente o período que compreende a ditadura militar brasileira (1964-1985). O governo federal era totalmente responsável pela elaboração e atuava em todas as esferas dos projetos urbanos através de seus técnicos, funcionários que supervisionavam tais atividades e cuidavam para que as normas pré-estabelecidas fossem seguidas junto aos municípios nos quais foram desenvolvidos os planos.

adequadas. O pressuposto mais geral é de que esses técnicos, esses especialistas, estariam acima dos interesses particulares, seriam portadores do interesse comum, mesmo que os homens comuns não fossem ouvidos acerca de seus interesses.

Acreditava-se que esses profissionais eram os verdadeiros detentores do saber e, portanto eram capazes de organizar as cidades de maneira com que as necessidades de todas as esferas sociais fossem supridas, mesmo que a população possuísse voz ativa na configuração dos espaços urbanos. Dessa maneira, os técnicos trabalhavam em um projeto de cidade para a própria cidade, através de medidas pautadas em diretrizes padronizadas.

Outro objetivo dessa política urbana era a legitimação do regime perante a sociedade, através da tentativa de impor a idéia de participação e inclusão do povo. Rezende (2001, p.105) argumenta que

A luta para a criação de uma consciência coletiva favorável à ditadura era visível a partir de sua obstinação em sedimentar valores e interesses através da insistência no seu desígnio de não-exclusão do povo. Em nome de uma pureza democrática, os militares argumentavam que estariam empenhados em inserir todos os segmentos sociais no processo de proteção da nação contra interesses escusos e opostos à sua vocação.

Um dos instrumentos do governo militar era justamente articular interesses comuns da população brasileira de maneira com que esta se sentisse parte de um suposto regime democrático que tinha como fim maior o seu bem. Partindo de tal pressuposto, o planejamento urbano nesse período também veio como tentativa de legitimação do poder, uma vez que o cenário urbano brasileiro do período encontrava-se conturbado e desorganizado em virtude, especialmente, do crescimento populacional causado pelo êxodo rural que vinha ocorrendo lentamente desde a década de 1950 e da ausência de políticas públicas que tivessem as atenções voltadas à questão urbana.

Nessa esfera inserimos o Cura. Devemos chamar atenção para o fato de que sua criação (início da década de 1970) ocorreu durante o chamado “milagre econômico” brasileiro, período em que a economia crescia de maneira positiva e o Brasil despontava no cenário internacional. Um projeto como esse, idealizado como proposta de organização e saneamento urbanos, a fim de dotar certas áreas de dinamismo populacional e integrá-las ao restante da malha urbana, pode ser

considerado como uma ação direta do governo federal nas cidades brasileiras e também reflete a crença no potencial econômico do país.

A fim de organizar os projetos desenvolvidos e distribuir os funcionários por áreas de atuação, foram criados órgãos responsáveis por diferentes esferas da política urbana e habitacional. O principal deles foi o Banco Nacional da Habitação – BNH, alguns meses após a ascensão dos militares ao poder. Fundado a partir da Lei nº 4.380 de 21 de agosto de 1964, tinha como objetivo inicial “prover a construção e a aquisição de casa própria, especialmente pelas classes de menos renda” (ANDRADE E AZEVEDO, 1982, p.61). Ao atuar como órgão central do Sistema Financeiro de Habitação e do Saneamento, não cabia ao banco, entretanto, envolver-se diretamente no financiamento, compra e venda ou construção de habitação. Esta função ficaria a cargo dos agentes executivos do sistema.

O BNH trabalhou apenas com medidas habitacionais até os anos finais da década de 1960. Percebeu-se então que construir casas não bastava, também era necessário dotá-las de infra-estrutura. Em 1967 é criado o Fimaco – Programa de Financiamento de Material de Construção – medida que acabou beneficiando o setor da construção civil e garantindo maior segurança às atividades do mesmo. Um ano depois foi instituído o Finasa – Programa de Financiamento para o Saneamento – primeiro programa na área de saneamento. O programa deu origem ao Planasa – Plano Nacional de Saneamento – que viria em 1970.

Andrade e Azevedo (1982) refletem sobre as criações de programas urbanos pelo BNH e nos dizem que, mais do que ampliar suas atividades ou prover ações que o Estado não realizava, “é preciso não perder de vista que o BNH tem necessidade de fazer girar o seu dinheiro, o que pode levá-lo, ansiosamente, a procurar novos programas” (p. 82). Portanto, é necessário ter em mente que o órgão central da política habitacional – e urbana – era um banco, dotado de normas e políticas padronizadas e que estavam, principalmente, voltadas para a constante necessidade de geração de lucro. Para se ter idéia da dimensão desses objetivos, cabe citar:

O BNH ampliava paulatinamente sua atuação: indiretamente atuava nos fundos urbanos, como no caso do Fundo de Desenvolvimento Urbano do Nordeste, gerido pelo Banco do Nordeste, onde contribuía com 50% dos recursos; o Fundo BB (Banco do Brasil), que teve, na época, enorme repercussão junto aos municípios. O Fundo BB tinha recursos do próprio Banco do

Brasil, seu gestor, do BNH e da Caixa Econômica Federal (SOUZA, 2010, p.138).

O BNH atuava também em conjunto com outros bancos públicos e integrava atividades de diversos segmentos a fim de movimentar seu capital. Com os recursos vindos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) pago pelos trabalhadores, o BNH aumentava cada vez mais seu campo de atuação. Se o objetivo inicial era criar um banco voltado à habitação, ele se tornou na realidade “o instrumento mais importante dessa política urbana de fato implementada pelo governo em sua ação intraurbana. Ele era o executor da política urbana de fato” (SOUZA, 2010, p.138).

Outros dois importantes órgãos foram criados também em 1964, com a mesma lei que fundara o banco: o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo – SERFHAU – que tinha como função desde “promover pesquisas relativas ao déficit habitacional até assistir os municípios na elaboração de seus Planos Diretores” (VIZIOLI, 1998, p.4), além de ter sido encarregado de difundir tais pesquisas e, conseqüentemente, a metodologia do planejamento urbano adotada pelo Estado. Já o Sistema Financeiro de Habitação – SFH – incorporou os recursos para financiamento do BNH provenientes do FGTS e possibilitou o desenvolvimento de uma abrangente política de financiamento (LUCCHESI, 2004, p.35). Além do mais, era um dos elementos que integravam a lista de exigências para que um município obtivesse financiamento para o Projeto Cura, pois este deveria estar em situação regular com o órgão.

2.2 O Projeto: Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada – Cura

O Projeto Cura é um projeto nacional oriundo da política federal de habitação que começou a ser elaborado em 1969 e foi aprovado em 1973, tendo como principal articulador o engenheiro José Eduardo de Oliveira Penna. Oriundo do Plano Nacional de Saneamento – Planasa¹² – e operado (a partir de 1974) pela Carteira de Desenvolvimento Urbano – CDURB, o projeto vigorou durante doze anos e foi aplicado em cento e trinta e seis municípios brasileiros (LUCCHESI,

¹² O município que quisesse submeter-se ao financiamento concedido para o Projeto Cura deveria estar filiado ao PLANASA.

2004). Segundo a definição presente em seu primeiro manual de instruções sobre sua aplicação, informa:

O Programa CURA foi instituído pelo BNH, através de sua Resolução de Conselho RC 7/73, e regulamentado pela Resolução de Diretoria RD 38/73. Seu objetivo é promover a melhoria das condições de vida urbana das comunidades, através da alocação de recursos para aplicação em infra-estrutura e equipamentos urbanos, de acordo com as possibilidades econômicas e as aspirações da população (Manual Cura-BNH, 1973, p.I/1).

O foco principal, como pode ser observado no texto apresentado no manual, eram as áreas parcialmente ocupadas, locais que necessitassem de dinamização e organização populacional e que fossem cercadas por espaços que já possuíssem tais características bem desenvolvidas, a fim de integrá-los e criar uma rede urbana. Para tanto, seria investido em equipamentos de infra e superestrutura, como sistema viário, asfalto, iluminação pública, saneamento básico, escolas e comércio a partir da demanda necessária para determinado local. Também continha, em anexo, modelos de todos os documentos básicos necessários referentes ao projeto, como leis, convênios, etc, destinados às prefeituras, a fim de facilitar as solicitações de financiamento pelo poder público municipal ao BNH.

Tal demanda, ainda como apontava o conteúdo do manual, seria definida através de estudos físico-urbanísticos e sócio-econômicos das áreas selecionadas, elaborados pelo órgão técnico designado pela prefeitura municipal. Além de conter o levantamento dos lotes ociosos, ruas asfaltadas, perfil das residências e diversos outros elementos que compunham a área, eram distribuídos questionários para que fosse possível identificar as principais deficiências do bairro segundo os moradores, bem como tomar conhecimento dos serviços pelos quais estariam dispostos e pagar e, por fim, traçar o perfil sócio-econômico dos mesmos.

Havia uma política de orientação por meio da aplicação de questionários e cadernos de estudo que eram elaborados a partir das diretrizes estabelecidas no Manual Cura. Apesar da elaboração desses questionários, no caso da cidade de Londrina, a objetividade neles apresentada não permitiu ter idéia até que ponto a população estava envolvida com o projeto, ou se ela apenas se viu afetada pelas mudanças que ele trouxe. Há o registro de questionários respondidos pelos moradores, e seu acesso foi possível. Tratava-se, porém, de perguntas objetivas e diretas como, por exemplo, o número de moradores da casa, renda mensal, formas

de lazer e principais problemas do bairro¹³. O que se percebe é o controle do Estado sobre os cidadãos, à medida que sabia quem morava e em que condições. Não há arquivos de questionários/entrevistas a respeito da apreciação do projeto em si. É possível que esses habitantes soubessem que se tratava de mudanças no local em que residiam, mas até que ponto teriam conhecimento das implicações de tais intervenções, não foi possível detectar. Como bem reflete Lynch (1997, p.1-2), a cidade é composta por partes físicas, mas também é feita por elementos móveis e, em especial, por pessoas e por suas atividades, que são tão importantes quanto outros elementos. Ao tomarmos por base tal colocação, acreditamos que uma vez que o ser humano integra o ambiente urbano e o compõe, o modifica, faz-se necessário que aqueles que seriam afetados por tais intervenções tomassem conhecimento e assim pudessem adequar-se à mudança física de seu espaço, mas não foi o que ocorreu nos lugares onde foi aplicado o Cura na cidade de Londrina.

Ao longo da existência do Cura-Nacional foram elaborados três manuais, sempre seguindo as aspirações do BNH e procurando solucionar as deficiências percebidas pelas diferentes experiências de execução. Tratava-se de um conjunto de normas destinadas

[...] a indicar o procedimento a ser adotado na formulação, apresentação, aprovação e execução de Projetos Cura pelas partes interessadas (prefeituras, outros setores públicos e o setor privado) em participar deste Programa de Complementação Urbana (Manual Cura-BNH, 1973, s/p).

Os três manuais representaram as três fases pelas quais o projeto passou. A primeira fase, que vai de 1973 a 1977, foi de experimentação e análise dos resultados obtidos, quase como um laboratório. O projeto era direcionado às cidades com mais de 50.000 habitantes e seguia as diretrizes estabelecidas pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento – PND¹⁴. As funções atribuídas ao projeto e postuladas no primeiro Manual Cura¹⁵ eram:

¹³ LONDRINA. *Opiniões coletadas junto aos moradores*. Secretaria de Planejamento, 1975. Disponível no Arquivo Público Municipal de Londrina, Caixa 18.

¹⁴ O II PND foi elaborado a partir das concepções da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), que era, inclusive, um dos capítulos constituintes. “Ambas as reflexões se destinavam a orientar estratégica e programaticamente o governo do general Ernesto Geisel”. Procurava-se “consolidar, até o fim da década, uma sociedade industrial moderna”. Para uma explicação mais detalhada e bem trabalhada, ver: SOUZA, Maria Adélia de. O II PND e a política urbana brasileira: uma contradição evidente. In: DEÁK, Csaba; SHIFFER, Sueli Ramos (Orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2010.

¹⁵ O primeiro Manual Cura foi elaborado pelo escritório de Harry Cole (LUCCHESI, 2004, p.92).

- a) execução integrada de obras de infraestrutura e equipamento urbano e comunitário;
- b) eliminação da capacidade ociosa dos investimentos urbanos pela promoção do adensamento da população a níveis satisfatórios (principalmente pela utilização de terrenos vagos de loteamentos semi-ocupados);
- c) racionalização dos investimentos em infraestrutura e equipamento urbano, pelo estabelecimento de critérios objetivos de prioridades;
- d) diminuição dos efeitos negativos da especulação imobiliária, procurando otimizar o uso da terra urbana sob o ponto de vista econômico, social e espacial (Manual Cura-BNH, 1973, p.l/1).

É pertinente salientar a ênfase dada à necessidade de integração das áreas selecionadas, para que resultasse em espaço contínuo e semelhante entre si dentro da malha urbana. Além disso, buscava-se racionalizar os investimentos despendidos no local, aumentar e ordenar a ocupação populacional, para que a área não ficasse à mercê da especulação imobiliária e do crescimento desordenado. Aos donos de lotes vazios seria cobrada uma taxa extra, caso não fossem construídas residências no terreno. Tal medida tinha como objetivo eliminar as áreas ociosas do bairro.

Além do BNH e das prefeituras, os demais componentes do Projeto Cura eram, segundo a relação que consta no referido manual (Manual Cura-BNH, 1973, p.l/2-l/6):

- *Delegacia Regional*: órgão do BNH responsável pela operação do projeto, encarregada por aprovar todos os agentes participantes designados pelo município e as áreas que receberiam o Cura, assinar contratos e acompanhar o adensamento e o uso de cada área até sua total ocupação;
- *Agente financeiro*: nominalmente credenciado pelo BNH, era responsável pelos empréstimos feitos com recursos do banco que fossem canalizados para os empreendimentos integrantes do Projeto Cura. Dentre suas principais atribuições estavam a aprovação dos estudos preliminares financeiros e o retorno dos recursos aplicados pelo BNH ou por outras fontes de financiamento;
- *Agente promotor-coordenador*: pessoa jurídica designada pelo Poder Público Local responsável por todas as medidas de caráter técnico e operacional necessárias à implantação de um ou mais Projetos Cura. Poderiam ser designados órgão do governo local com autonomia financeira e executiva, empresa pública ou sociedade de economia mista e, por fim, empresa privada;

- *Agentes promotores*: pessoas jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis por subprojetos constantes de Projeto Cura;
- *Órgão técnico*: entidade, pública ou privada, encarregada pela qualidade técnica do projeto para o qual foi contratada. Deveria ser contratado pelo Agente Promotor-Coordenador e estar cadastrado no Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU);
- *Agentes executores*: pessoas jurídicas, de caráter público ou privado, que atuarão como executores das diversas obras integrantes do Projeto Cura.

Tratava-se de um programa bastante centralizado, em que todos os integrantes deveriam estar em situação regular com o BNH ou serem nomeados pelo banco.

A partir de 1977 houve a instalação de coordenações regionais e, assim, a descentralização da administração sob o controle do BNH. Nessa segunda fase, que vai de 1978 a 1980, o Cura passou a se denominar “Programa de Complementação Urbana”. Nesse período, o projeto estava direcionado a complementar as obras que estavam sendo feitas pelas prefeituras. Temos como objetivos do programa:

- a) Ordenação do uso do solo urbano;
- b) Oferta de equipamentos e serviços através da adoção de critérios de racionalidade;
- c) Intervenções integradas de urbanização, complementação e coordenação de ações setoriais, inclusive de programas de diferentes níveis de governo – prover equipamentos significativos na estruturação da cidade;
- d) Dinamizar o mercado imobiliário pela conjugação da ampliação do número de terrenos urbanizados com instrumentos inibidores da retenção especulativa de imóveis urbanos;
- e) Capacitação técnica e administrativa das administrações locais (LUCCHESI, 2004, p.101)¹⁶.

Nessa fase foi determinado que o desenvolvimento de um Projeto Cura acontecesse durante o mandato de um mesmo prefeito. Outro fator que merece destaque é o de que as cidades de menor porte – com população em torno de 20.000 habitantes – também passaram a participar e já não era mais levado em conta a capacidade de endividamento de uma área Cura, mas sim da prefeitura na

¹⁶ Tivemos contato apenas com o primeiro Manual Cura, único que se encontra disponível no Arquivo Público Municipal de Londrina (caixa 18), acreditamos que em virtude de ter sido o documento norteador do Cura na cidade. Os outros dois manuais foram citados no trabalho tomando por base a dissertação da arquiteta e urbanista Maria Cecília Lucchese, defendida na Universidade de São Paulo no ano de 2005.

qual o projeto estava sendo aplicado¹⁷. A mudança mais importante aos municípios, entretanto, teria sido a “alteração das normas técnicas, de forma a permitir que cada agente-promotor propusesse seus próprios métodos para a elaboração do estudo de viabilidade econômico-financeira e das pesquisas para planos urbanísticos” (CEPAM, 1987, p.13). Isso significa que a partir de então a prefeitura municipal poderia propor seus métodos para elaboração dos estudos das áreas onde se desenvolveria o projeto, tal incumbência não ficaria mais a cargo somente do BNH. Com isso, percebemos a flexibilização das normas estabelecidas pelo banco quando comparadas ao primeiro manual.

Na terceira e última fase (1981-1985) foi retomado o caráter rigoroso encontrado na primeira em relação às normas de execução e acompanhamento do programa. Os objetivos traçados no manual elaborado em 1982 buscavam:

- a) Elevação dos padrões habitacionais de áreas específicas do município;
- b) Promover o adensamento populacional e a plena utilização dos serviços e equipamentos públicos;
- c) Ampliar a oferta de terrenos urbanizados e estimular seu aproveitamento pela aplicação de mecanismos fiscais indutores;
- d) Apoio a projetos habitacionais de interesse do BNH, especialmente os de interesse social (LUCCHESI, 2004, p.101).

Podemos perceber que com o decorrer do tempo, as questões que antes seriam resultados da aplicação do Cura, passaram a ser incorporadas nos objetivos traçados pelo programa, como por exemplo, a dinamização do mercado imobiliário (ou seja, iniciativa privada) e a elevação dos padrões habitacionais/moradias.

É válido ressaltar que o período de atuação do terceiro manual é o mesmo em que o Brasil encontrava-se mergulhado numa crise econômica, o que acabou por reduzir a verba destinada ao financiamento de projetos. De acordo com o relatório elaborado pelo CEPAM (1987, p.15):

Em 1981 e 1982, registrou-se a maior quantidade de municípios com contratos para financiamento de obras (58 e 57, respectivamente); por outro lado, a partir de 1980, declinou o número de novos municípios que alcançavam, a cada ano, a fase de contratação de financiamento de obras.

Era grande o interesse dos municípios em participar do programa, embora o aporte financeiro do banco não acompanhasse tal demanda. O aumento de

¹⁷ “Nesses três anos cresceu sensivelmente o número de municípios com contratos assinados para refinanciamento de obras. Em 1980, 24 novos municípios alcançavam esse estágio” (CEPAM, 1987, p.13-14).

municípios interessados no Cura nessa fase final pode ser atribuído a dois fatores: satisfação com os resultados observados em outras localidades e o retorno positivo do projeto em campanhas políticas, pois, como bem observou Lucchese (2004, p.107), inicialmente o Cura foi uma idéia difícil “de pegar”.

O financiamento de um Projeto Cura era feito pelo BNH, que por sua vez obtinha recursos do FGTS e repassava às prefeituras. Ele foi o primeiro projeto do banco em que o agente promotor poderia ser a própria prefeitura municipal.

Como já postulado, a maneira que a prefeitura encontraria recursos para sanar a dívida com o BNH seria através do retorno financeiro dos tributos a serem cobrados nas áreas abarcadas pelo projeto. Em razão disso, outro critério para a seleção desses locais era a análise da capacidade financeira da população que lá residisse através de estudos de viabilidade econômica e até mesmo capacidade de poupança dos moradores (caso o projeto a ser aplicado seguisse as diretrizes do primeiro Manual Cura).

Sobre a relação entre o BNH e o poder municipal, Carvalho (1985, p.19-20) reflete que

Ao caracterizar-se por uma linha de financiamento estendida às administrações municipais, o BNH irá, através do Programa Cura, contribuir para o agravamento do processo de dependência dos níveis inferiores da administração em relação ao poder federal. No âmbito local, foram sendo reduzidas as áreas de atuação autônomas, transferindo-se para o nível central a competência e a capacidade de intervenção. Em termos reais, configurou-se uma situação de comprometimento financeiro das administrações locais em relação aos recursos federais.

O projeto seria um caminho de atuação direta do poder federal nas cidades brasileiras, tanto pelo comprometimento financeiro que estas se propuseram, quanto pelas diretrizes estabelecidas pelo BNH em relação ao planejamento e execução das obras. Havia uma preocupação em viabilizar o adensamento, a ordenação e a racionalização daquele espaço que sofreria intervenção por parte do poder federal, um poder que tomou conhecimento da situação de um determinado local através de estudos e relatórios técnicos.

A imagem ambiental de uma área torna-se fruto de um “processo bilateral entre observador e seu ambiente” (LYNCH, 1997, p.7). Desse modo, através da ação desses profissionais, sua ordenação e organização seriam alteradas e, pelas

colocações que observamos nos manuais, fomos levados a pensar que se tratava de uma equipe composta por urbanistas/engenheiros/planejadores que

(...) como manipuladores do ambiente físico (...) interessam-se basicamente pelo agente externo da interação que produz a imagem ambiental. Ambientes diferentes dificultam ou facilitam o processo de criação de imagens. Qualquer forma dada (...) terá uma probabilidade alta ou baixa de evocar uma imagem forte entre os observadores diversos. Presumivelmente, essa probabilidade pode ser afirmada com precisão cada vez maior à medida que os observadores sejam agrupados em classes cada vez mais homogêneas de idade, sexo, cultura, profissão, temperamento ou grau de familiaridade. Cada indivíduo cria e assume sua própria imagem, mas parece existir um consenso substancial entre membros do mesmo grupo (LYNCH, 1997, p.8).

Profissionais como esses estariam a serviço do Cura, interessados em tornar o ambiente homogêneo para que a imagem construída pelos habitantes também fosse semelhante entre eles. Mas a busca por tal ambiente, defendido pelos técnicos do projeto, ia mais além do que o espaço físico, pois o ser humano atribui diferentes significados aos elementos de uso.

Contudo, podemos perceber nas diretrizes dos manuais Cura, justamente a prática de selecionar áreas semelhantes dentro da cidade para agrupar fazendo uso de perfis populacionais comuns entre si e que, através de medidas padronizadas, buscavam criar um ambiente contíguo, bairros que se integravam e evocavam a mesma imagem para seus habitantes: um espaço racionalizado, dotado dos mesmos padrões urbanos e, por fim, organizado urbanisticamente. A clara organização de um ambiente é importante para a cidade, porém mais do que isso,

É bem verdade que precisamos de um ambiente que não seja simplesmente bem organizado, mas também poético e simbólico. Ele deve falar dos indivíduos e de sua complexa sociedade, de suas aspirações e suas tradições históricas, do cenário natural, dos complexos movimentos e funções do mundo urbano. [...] Em si mesmo, esse lugar realça todas as atividades humanas que aí se desenvolvem e estimula o depósito de um traço de memória (LYNCH, 1997, p.134).

Antes de tudo, o morador deve se sentir parte daquele local, habitá-lo de fato, e assim construir significados e tecer memórias do ambiente. Lynch (1997) coloca que é importante a estruturação do espaço e não excluimos tal necessidade, entretanto, acreditamos que as intervenções devem estar voltadas aos indivíduos,

habitantes que irão se apropriar do urbano, dos lugares de convivência e estabelecer relações com o próprio local e com as pessoas que dele compartilham. A exposição das três fases e manuais pelos quais o Projeto Cura-Nacional passou teve como objetivo apontar para as singularidades de cada uma e de como ele acompanhou as oscilações de um período tão delicado do país. Vale salientar que, no estudo da aplicação do Cura na cidade de Londrina, nos atentaremos ao primeiro manual (1973), pois foi este que estabeleceu as diretrizes seguidas pela aplicação do referido projeto na cidade.

2.3 O Projeto Cura em Londrina (1973 – 1980)¹⁸

A cidade de Londrina foi uma das primeiras a participar do programa do Projeto Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada – Cura. Foi também a primeira a executar e concluir a etapa piloto entre os anos de 1974 e 1976, uma vez que até então poucos municípios haviam decidido aderir ao projeto. A Lei nº 2.353 decretada pela Câmara Municipal de Londrina em 1973 autorizava o Poder Executivo a celebrar contratos e convênios com o BNH e seus agentes para a participação do município no Projeto Cura. No dia 10 de dezembro de 1973 foi assinada a carta de intenção que posteriormente fora aprovada pelo BNH, autorizando a elaboração do estudo de viabilidade na cidade. O estudo começou em janeiro, foi concluído no mês de setembro e encaminhado ao agente financeiro – Banco do Estado do Paraná – que o aprovou em novembro, juntamente com o convênio de promessa de refinanciamento no valor de Cr\$ 28.724.692,00 pelo BNH- Rio. O convênio foi assinado em 13 de dezembro, encaminhado ao BNH-Rio e aprovado no dia 17 de fevereiro pelo Conselho de Gerentes do banco, segundo consta no documento intitulado Projeto Cura, elaborado pela Secretaria Municipal de Planejamento de Londrina no ano de 1975¹⁹.

O órgão técnico responsável pela elaboração dos estudos das áreas Cura-Londrina foi a Secretaria Municipal de Planejamento, criada em 1973 através da lei nº 2.266, conforme aponta o sítio atual da Prefeitura Municipal. Segundo a descrição desse site, a Secretaria Municipal de Planejamento contou inicialmente

¹⁸ O período compreende desde a aprovação do projeto pelo poder municipal de Londrina até as obras do último Cura-Londrina.

¹⁹ Disponível no Arquivo Público Municipal de Londrina, caixa 16.

com dois Departamentos – de Planejamento e Programação e de Controle Orçamentário – e um Centro de Pesquisas e Informações, além de uma Divisão de Planejamento Físico e uma de Planejamento Sócio-Econômico. Apesar de todas essas atribuições, durante vinte anos suas atividades estiveram voltadas para o planejamento físico do município²⁰.

A execução das obras do projeto estava a cargo da Secretaria de Urbanismo, Obras e Viação²¹, que foi criada no ano de 1969 pelo então prefeito Dalton Paranaguá.

²⁰ Disponível em
<http://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=486&Itemid=543>.
Acessado em 30/10/2012.

²¹ Atual Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação.

3. ÁREAS DE ATUAÇÃO DO CURA EM LONDRINA

3.1 Projeto Piloto

As áreas que compunham o projeto piloto eram Parque Guanabara – zona sul –, Vila Higienópolis e Jardim Quebec – ambas na região central.

Sobre a seleção das áreas para o projeto piloto, o arquiteto e urbanista Fausto Fest (2005, p.71-72), em estudo sobre alguns Projetos Cura do país, afirma que no caso de Londrina:

A área piloto teria sido apenas o loteamento Jardim Guanabara, não fora a exigência de então de que o retorno dos investimentos fosse obtido apenas nos limites da área CURA e contando com a capacidade de pagamento da população envolvida e não da capacidade de endividamento do município, como mais tarde foi adotado. Apesar do potencial imobiliário do Jardim Guanabara, a população que o ocupava esparsamente era de baixa renda e não seria garantida a viabilidade do programa. Entretanto, se adicionadas as áreas Quebec e Higienópolis, já mais ocupadas por população de renda mais elevada, o projeto se viabilizaria e seria ampliado o estímulo à ocupação dos lotes ociosos, contribuindo para minorar o problema habitacional da cidade, que era então crítico.

O texto desse estudioso vem corroborar as delineações do projeto Cura, pois estas acompanhavam fielmente as colocações estabelecidas no primeiro Manual, onde era postulado que o retorno financeiro deveria vir apenas das áreas Cura. Para que isso fosse possível, duas áreas de perfis diferentes foram anexadas à inicial.

Cabe discorrer, por ora, sobre um dos principais aspectos do projeto piloto em Londrina. Como já dito, a cidade foi a primeira a finalizá-lo. Esse “pioneirismo”, como noticiado posteriormente, foi objeto de repercussão da cidade até a nível nacional e contou com grande atenção da mídia local. Foram selecionados dois trechos do jornal Folha de Londrina, importante veículo de comunicação da época – e também atual – que contava com grande alcance regional para exemplificar tal colocação:

Projeto Cura, aqui, serve de exemplo para outras cidades

A experiência do Projeto Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada (Cura), em Londrina, está servindo para a implantação de idêntico programa em outras cidades paranaenses [...] *De todos os municípios interessados no projeto, Londrina foi o primeiro a terminar a montagem dos estudos, e, em consequência, também foi o primeiro a receber financiamento do BNH e iniciar as obras. Estas realizaram-se numa área global de 13 bairros centralizados*

pelo Parque Guanabara, Jardim Quebec e Vila Higienópolis, compreendendo, entre outras coisas, pavimentação de 150 mil metros quadrados de ruas, implantação de galerias pluviais em todo o trajeto asfaltado, saneamento e urbanização de fundos de vale, *melhorias* em cemitério e construção de supermercados e centro comercial, a fim de estimular o comércio. Prevê-se a aplicação de Cr\$ 30 milhões na aplicação do projeto (FOLHA DE LONDRINA, 06-05-1975, p.12, grifo nosso).

Técnicos de Aracaju vieram ver o CURA

PRIMEIRA CIDADE – Os técnicos da Prefeitura de Aracaju vieram observar o CURA em Londrina por sugestão do escritório do arquiteto e urbanista Jayme Lerner, *porque Londrina foi a primeira cidade do país a iniciar a execução do Projeto CURA e também a primeira a concluir a etapa piloto. Os resultados foram muito elogiados pelo BNH, através de técnicos que vieram inspecionar as obras, compreendendo a pavimentação, implantação de meio-fio, sarjetas, saneamento de vales, etc. os arquitetos de Sergipe analisarão detalhadamente os diversos aspectos do CURA na cidade, para elaborar os projetos para Aracaju, com base na experiência já adquirida em Londrina [...]* (FOLHA DE LONDRINA, 28-09-1976, p.4, grifo nosso).

É possível notar a ênfase dada ao fato de que Londrina foi a primeira a executar e concluir essa etapa. Tal eficiência, atrelada ao suposto sucesso que a cidade teve na área piloto, eram motivos de orgulho e serviam como exemplo para outras cidades.

Diretores do BNH: continuamos de portas abertas para Londrina

“As obras projetadas em execução proporcionaram uma imagem prática e uma impressão extraordinariamente completa, que nunca podem surgir dos planejamentos no papel, por melhor que sejam. É o que andamos observando em Londrina: as obras visitadas impressionam muito mais do que seus projetos, dos quais temos conhecimento, e chegam mesmo a superar as expectativas. Com o estímulo que esta realidade proporciona, o BNH sente-se no dever de continuar apoiando a execução destas obras e até mesmo ampliar os benefícios concedidos a Londrina”.

Estas afirmações foram feitas ontem, em Londrina, pelos diretores do BNH [...] Eles permaneceram durante todo o dia em contato com o prefeito José Richa e outras personalidade municipais, observando obras em execução pela Prefeitura, financiadas pelo banco, e divagando sobre outros importantes projetos, com planejamento previsto para breve. (FOLHA DE LONDRINA, 07-05-1975, grifo nosso).

Não foram encontrados relatos dos técnicos veiculados pelo próprio BNH a respeito do Cura na área piloto em Londrina. Entretanto, o trecho dessa reportagem que foi publicada no jornal nos dá idéia da repercussão do projeto piloto e também como esse “sucesso” influenciou na aprovação do plano plurianual para a cidade.

Levamos em consideração, contudo, o cuidado que se deve ter ao abordar um texto jornalístico, pois, como qualquer outra narrativa, foi construído a partir das aspirações de uma pessoa ou, no caso, de um determinado veículo de comunicação, com sua própria postura e inserido num determinado contexto social. Remetemos-nos aos historiadores Michel de Certeau e Luce Giard (2003, p.200) quando estes nos dizem que

Também os relatos constituem instrumentos poderosos cuja utilização política pode organizar um totalitarismo. [...] Exigem uma gestão democrática da credibilidade urbana. Já há muito tempo o poder político sabe produzir relatos a seu favor. A mídia melhor ainda.

Os relatos de jornais, em especial aqueles de grande circulação – como é o caso da Folha de Londrina – possuem poderosa capacidade de alcance, seu discurso pode chegar a outros estados, centros urbanos e fazer com que o leitor construa um imaginário a respeito daquilo que leu. Nesse sentido, o que vinha sendo moldado era uma Londrina “pioneira” no Projeto Cura que, por sua vez, foi responsável por importantes “melhorias” na cidade.

3.1.1 As áreas: Parque Guanabara e Vila Higienópolis

Entendemos a cidade com um organismo vivo, um elemento que se encontra em constante mudança motivada por seus habitantes, personagens que a vivenciam e a habitam das mais diversas e singulares maneiras, tornando cada espaço único. Ela não é apenas o vaivém de carros, tampouco moldada somente por leis e códigos. A cidade é construída pelo homem que, através do tempo, vai adequando sua estrutura e seus lugares de convívio da maneira que melhor satisfaça suas necessidades, até que se torne um ambiente de desejo, moradia, estabelecimento de laços e fortalecimento de relações.

Além do mais, o ser humano adota elementos de identificação. Objetos, símbolos, ruas, praças, instrumentos que permitem com que o indivíduo estabeleça diálogos com os componentes do ambiente e crie, assim, um imaginário urbano, entendido por Certeau e Giard (2003, p.192) como sendo “as coisas que o soletram. Elas se impõem. Estão lá, fechadas em si mesmas, forças mudas. Elas não têm caráter. Ou melhor, são ‘caracteres’ no teatro urbano. Personagens

secretos”. Os autores caracterizam esses objetos como lendários, instrumentos que adquirem vida própria e “Organizam em torno de si o romance da cidade”.

Pois bem, da mesma maneira que o habitante configura seu espaço da maneira que melhor lhe convir, outros personagens também o fazem, embora sejam detentores de poderes que permitem com que tais intervenções no espaço possuam maior poder de alcance e atinjam mais pessoas. Urbanistas, engenheiros e tantos outros profissionais compõem essa categoria de interventores urbanos.

Foram criados projetos para que tais personagens atuassem no cenário citadino, elaborados por categorias governamentais e que vão influenciar diretamente na relação entre habitante – morada. O Projeto Cura, trabalhado até aqui como sendo uma política de um governo militar, interveio nos espaços de Londrina.

Dessa forma, procuramos, nas páginas a seguir, entender de que maneira o projeto atuou em duas áreas até então totalmente diferentes do município. Através dos autores Kevin Lynch e Michel de Certeau, já abordados no decorrer do trabalho, adotamos também práticas presentes no cotidiano dos indivíduos residentes da malha urbana para tecermos reflexões acerca da implicância do Cura na relação desses moradores com os locais de atuação do projeto.

A Vila Higienópolis e o Parque Guanabara foram selecionados como objeto de análise do projeto piloto pelas significantes diferenças físico-urbanísticas e econômico-sociais que possuíam na época de execução do Projeto Cura. Essas áreas, juntamente com o Jardim Quebec, compunham o projeto piloto executado entre 1974 e 1976 na cidade de Londrina. Higienópolis e Quebec possuíam características particulares – o primeiro foi classificado como sendo de padrão médio, já o segundo como de padrão alto²² - mas não se tratavam de realidades contrastantes, pois ambos contavam com ruas asfaltadas, eficientes equipamentos urbanos, casas em bom estado de conservação, enfim, possuíam boa estrutura física. O Parque Guanabara, por sua vez, era uma região de padrão baixo, estagnada e isolada do restante da cidade.

A seleção dessas áreas para a execução do projeto piloto seguiu as diretrizes estabelecidas pelo Manual Cura de 1973. Tais regiões possuíam as

²² Tal classificação foi elaborada pela equipe da Secretaria de Planejamento de Londrina e se encontra nos cadernos de estudo sócio-econômico feitos em 1974 na etapa de pesquisa do projeto. A categorização de padrão médio e alto desses locais teve por base a renda média mensal que possuíam.

deficiências em que o projeto procurava atuar e contavam com estrutura eficiente para que os resultados fossem satisfatórios. Eram elas:

- a) Possibilidades de ocupação ou características positivas:
 - a.1 Proximidade do centro;
 - a.2 Potencialidade da área no aspecto de ocupação;
 - a.3 Aspecto paisagístico da área;
 - a.4 Atração regional, que é o Lago Igapó;
 - a.5 Topografia adequada para ocupação.
 - a.6 Vias de ligação no centro em boas dimensões;
 - a.7 Bem servida de escolas desde o 1º grau ao superior;
 - a.8 Há relação entre lotes vagos e ocupados;
 - a.9 Tendência de mudança do padrão de ocupação (P. Guanabara)
 - a.10 Tendência de expansão da cidade;
- b) Deficiências, ou características negativas:
 - b.1 Falta de ruas pavimentadas;
 - b.2 Desenvolvimento lento;
 - b.3 Falta de ligação viária ao Parque Guanabara (transposição do Lago Igapó);
 - b.4 Falta de urbanização dos vales demonstrando aspecto de abandono;
 - b.5 Necessidade de incrementar no local um comércio organizado (Caderno de Estudo Cura-LONDRINA, 1974, p.2).

É possível perceber que as características negativas listadas acima se dirigiam, principalmente, ao Parque Guanabara. A ênfase dada ao potencial paisagístico nos permite pensar que este possa ter sido o fator decisivo de seleção das referidas áreas. As características positivas, encontradas especialmente nos bairros que compunham Higienópolis e Quebec, ilustram a colocação feita anteriormente no presente trabalho²³ sobre o papel dessas áreas no projeto: se tratavam de áreas complementares no aspecto econômico que auxiliariam no retorno financeiro para quitação da dívida do projeto, pois não precisariam de muito investimento e seus habitantes teriam condições de arcar com os impostos.

Em virtude das realidades opostas que Guanabara e Higienópolis compartilhavam, procurou-se identificar as propostas elaboradas pela Secretaria de Planejamento de Londrina dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Manual para áreas tão distintas. Tendo em vista o pressuposto discutido anteriormente, de que uma das diretrizes do Cura era justamente atuar em áreas próximas e semelhantes, é pertinente nos questionarmos sobre seu papel em regiões diferentes – o que acaba contradizendo suas diretrizes – bem como as intervenções a serem feitas em uma região já bem estruturada e ocupada como Vila Higienópolis e se estas poderiam afetar o Parque Guanabara.

²³ Ver página 35.

A justificativa oficial sobre divisão das áreas componentes do projeto piloto foi a de que

Com intuito de facilitar o estudo da área, e evitar possíveis equívocos na sua análise para as subseqüentes proposições, é que foi dividida em 3 (três) sub-áreas, denominadas: Guanabara, Higienópolis e Quebec. Todavia, *frisamos que tal divisão se deu pelos diferentes estágios sócio-econômicos e físico-urbanísticos verificados na área Piloto Guanabara* (Caderno de Estudo Cura-LONDRINA, 1974, p.2, grifo nosso).

O principal motivo colocado foi o contraste em diversos setores urbanos presente entre as regiões e suas imediações. Esse fenômeno nos indica, entre outras questões, as diferenças na cidade de Londrina, realidades opostas em locais situados próximos uns aos outros. Para termos conhecimento de como tais diferenças se manifestavam, tomando por base as regiões citadas do projeto piloto, tornou-se necessário identificar o perfil dessas duas áreas que foi traçado pela Secretaria Municipal de Planejamento de Londrina durante o ano de 1974.

A área denominada Vila Higienópolis ocupava 79 hectares e era delimitada pelo Lago Igapó e os vales do Leme e Água Fresca, tendo como acesso principal a Avenida Higienópolis e a Perimetral (Av. Celso Garcia Cid).

Conforme colocado na primeira linha da pesquisa físico-urbanística do caderno de estudo “É a mais desenvolvida e equipada das áreas” (LONDRINA, 1974, p.7). Em virtude dessa situação, se tratava de uma região em que os equipamentos urbanos que viriam a ser instalados pelo Cura teriam caráter complementar, ou seja, seriam anexados aos já existentes – que apresentavam um bom grau de desenvolvimento – e adequados seguindo as previsões para a demanda futura que tais intervenções acarretariam. A principal carência do local, segundo a opinião dos moradores (16,8%), era o lazer, sendo que a obra mais urgente seria a construção de playgrounds. Logo em seguida era reclamada a melhoria do esgoto sanitário (15,8%) e instalação de postos de saúde/pronto socorro (15,6%) (Caderno de Estudo Cura-LONDRINA, 1974, p.4). Talvez em decorrência dessa carência, a presença de atrativos naturais como o Lago Igapó e os vales do Leme e Água Fresca representassem importantes fatores a serem trabalhados no local, pois viriam a ser significantes espaços de lazer não só para a população da área, como também exerceria atração aos cidadãos de outras zonas da cidade.

O Parque Guanabara encontrava-se localizado na margem direita do Lago Igapó, ocupando uma área de 29,3 hectares e com população girando em torno de 1.446 habitantes. Dentre as três regiões integrantes do projeto piloto, era a mais deficiente em todos os setores de infra (bairro totalmente destituído de asfalto) e superestrutura. O local sofreu especulação imobiliária, contou com ocupação desordenada e ficou estagnado na malha urbana por estar isolado e ser de difícil acesso em virtude dos elementos naturais presentes na área. O Lago Igapó e Córrego Cambé eram o que Lynch (1997, p.52) denomina de “limites”, que são

os elementos lineares não usados ou entendidos como vias pelo observador. São as fronteiras entre duas fases, quebras de continuidade lineares: praias, margens de rios, lagos, etc., cortes de ferrovias, espaços em construção, muros e paredes. São referências laterais, mais que eixos coordenados. Esses limites podem ser barreiras mais ou menos penetráveis que separam uma região de outra, mas também podem ser costuras, linhas ao longo das quais duas regiões se relacionam e se encontram. Ainda que possam não ser tão dominantes quanto o sistema viário, para muitos esses elementos limítrofes são importantes características organizacionais, sobretudo devido ao seu papel de conferir unidade a áreas diferentes, como no contorno de uma cidade por água ou parede.

Além de serem limites naturais e delimitarem as áreas – separar Guanabara e Higienópolis – acabaram se tornando elementos de fronteira, barreiras que separavam diferentes realidades, mantendo-as distantes e isolando a mais frágil e precária.

Outro elemento diferente entre as regiões era o perfil da população. A renda média mensal dos habitantes da Vila Higienópolis era de Cr\$ 2.182,00, enquanto que a do Parque Guanabara variava entre Cr\$ 431,00 e Cr\$ 860,00. A tabela abaixo expõe de maneira mais detalhada o perfil financeiro das famílias residentes desses locais:

Tabela 1: Percentual da renda média mensal familiar

| RENDA | FAMÍLIAS HIGIENÓPOLIS(%) | FAMÍLIAS PARQUE GUANABARA (%) |
|-----------------------------|-------------------------------------|--|
| Até Cr\$ 430,00 | 7 | 15,93 |
| Cr\$ 431,00 a Cr\$ 860,00 | 11,66 | 42,48 |
| Cr\$ 861,00 a Cr\$ 1.720,00 | 36,04 | 29,2 |

| | | |
|-------------------------------|-------|------|
| Cr\$ 1.721,00 a Cr\$ 3.450,00 | 26,86 | 8,85 |
| Cr\$ 3.451,00 + | 18,37 | 3,54 |

Dados: Caderno de Estudo Cura-Londrina. Secretaria de Planejamento de Londrina, 1974.

A mobilidade que apresentavam era outra característica importante em relação aos habitantes dessas áreas: o estudo da Secretaria Municipal de Planejamento de Londrina apontou que, enquanto a população da Vila Higienópolis poderia ser classificada como sendo de pouca mobilidade – uma das razões colocadas para isso foi o recente loteamento da área, uma vez que seus moradores eram os mesmos do início da ocupação do local –, a residente do Parque Guanabara foi considerada de alta mobilidade, fixando-se, em sua maioria, de 0 a 5 anos e o motivo atribuído para tal fenômeno era a falta de equipamentos urbanos, acesso e transporte adequados para outros locais do município. É importante ressaltar que diferente da situação da Vila Higienópolis, a ocupação do Parque Guanabara não era recente. A instalação de pessoas naquele local já vinha ocorrendo por tempo considerável – acredita-se que desde a década de 1950, quando se deu o início do aumento populacional da cidade – e desde então vivenciavam essa situação precária, conforme foi enfatizado no documento: “As aspirações da população deste bairro, procedem de longas datas, através de vários governos municipais, portanto já era de conhecimento nosso, confirmado pela pesquisa sócio-econômica e a físico-urbanística” (Caderno de Estudo Cura-LONDRINA, 1974, p.1). Ou seja, não só a sua ocupação já vinha ocorrendo a um tempo considerável, mas a tentativa de expor sua situação ao poder público municipal não era recente, embora ainda não houvessem sido tomadas atitudes em relação a tal realidade.

Em virtude de seu cenário urbano carente, a maior parte das proposições foi direcionada ao Parque Guanabara. O valor total do contrato de empréstimo foi de Cr\$ 19.052.069,32 para as três áreas, sendo que a distribuição do capital no Parque Guanabara se configurou da seguinte maneira:

- Galerias – 3.195 m – Cr\$ 581.490,00;
- Praças (Playground) – 14.373.00 m² - Cr\$ 543.730,00;
- Comércio – 798 m² - Cr\$ 1.893.000,00. Negócios a serem implantados: farmácia, pequeno auto-serviço de secos e molhados, açougue, bazar, cabeleireiro e barbeiro, bar e posto de serviços público (correio, telefone, posto policial, etc.);

- Asfalto – 63.145.00 m² ²⁴ (Projeto Cura-LONDRINA, 1975, p.2).

O investimento no comércio se deu através da construção de um centro comercial na região e foi a última etapa realizada do projeto, como podemos identificar através da reportagem publicada no jornal Folha de Londrina:

Dentro de 120 dias será concluído centro comercial para 10 bairros

Dentro de 120 dias o Parque Guanabara terá um centro comercial destinado a atender também outros 10 bairros vizinhos. A construção foi iniciada esta semana com a contratação de uma empreiteira vencedora de concorrência pública. Trata-se de um projeto que a Prefeitura está desenvolvendo naquela área visando integrá-la ao restante da malha urbana, através da execução de obras de infra-estrutura e urbanização. O programa, denominado Cura (Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada), inclui também a pavimentação, implantação de galerias pluviais, meio-fio, sarjetas, praças e logradouros.

O centro comercial constitui a obra final do projeto e visa, segundo o arquiteto João Bortolotti, da Secretaria do Planejamento, suprir uma deficiência do setor existente no Parque Guanabara e nos bairros próximos (FOLHA DE LONDRINA, 08-08-1976, p.3).

Também foi abordado sobre o possível impacto que esse empreendimento exerceria sobre as atividades da iniciativa privada, mas foi assegurado que se tratava de apenas um estímulo na área. Ainda na reportagem, foi afirmado que os negócios desenvolvidos no centro estavam em consonância com as principais necessidades da área, levantadas através de pesquisas. Os negócios que compunham o centro comercial eram os presentes nas diretrizes de proposições da Secretaria de Planejamento, conforme listada acima.

As obras na Vila Higienópolis se direcionaram, principalmente, à pavimentação das poucas vias ainda sem asfalto que rodeavam o local, pois havia “certa discriminação entre os residentes nas ruas pavimentadas e as não pavimentadas” (Caderno de Estudo Cura-LONDRINA, 1974, p.9). A obra iria abranger um total de 38.288 m². Já havia sido observado que a área não necessitava de urbanização e loteamento, as intervenções feitas tinham como objetivo estruturar o local para que fosse possível comportar a futura demanda populacional, estimada em 1.500 unidades habitacionais.

²⁴ O valor destinado ao asfalto era de Cr\$ 16.767.517,50, entretanto não foi especificada a quantia que seria investida no Parque Guanabara.

As áreas já ocupadas foram destinadas à construção de habitações coletivas²⁵, as não ocupadas seriam para as habitações unifamiliar e o restante dos lotes estava reservado para recreação.

O asfaltamento das ruas era a medida que iria ligar a Vila Higienópolis ao Parque Guanabara. Podemos perceber isso através de uma nota publicada no jornal Folha de Londrina:

Iniciada capa asfáltica no final da av. Higienópolis

Foi iniciada ontem a implantação de capa selante de asfalto em uma das pistas do prolongamento da av. Higienópolis, na travessia do Lago Igapó. A pavimentação naquele leito da avenida fica concluída esta semana, enquanto o asfalto na outra pista terá condições de tráfego na semana que vem – informou o Serviço de Pavimentação de Londrina (Pavilon). [...]

ATÉ O GUANABARA

Com o término dos trabalhos, a av. Higienópolis seguirá em duas pistas pavimentadas até o Parque Guanabara, após os 2 pontilhões sobre o Igapó. O trecho em obras vai da rua Amintas de Barros até a rua Montevideu. Além destas quadras, o Pavilon está pavimentando ruas próximas, dentro do Projeto Comunidade Urbana para a Recuperação Acelerada (Cura), que prevê o asfaltamento total de 150 mil metros quadrados de vias no Parque Guanabara, Vila Higienópolis e Jardim Quebec e bairros vizinhos. Para a conclusão deste trabalho falta apenas a execução de asfalto na rua Humaitá, onde agora foi efetuado um aterro. Outros trechos em pavimentação pertencem a áreas periféricas do Vale da Água Fresca e do Vale Córrego Leme. A autarquia de pavimentação, por outro lado, iniciou esta semana o asfaltamento da rua Via Láctea, no Jardim do Sol. O plano é pavimentar todas as ruas do bairro (FOLHA DE LONDRINA, 28-10-1975, p.3).

Os asfaltamento das ruas até o Parque Guanabara não seria a única medida necessária para sua integração ao restante da cidade. Elementos que possibilitassem a passagem do Lago Igapó eram de vital importância para que as houvesse circulação entre as áreas vizinhas. A pavimentação, entretanto, era importante para que o prolongamento das ruas se estendesse até outras áreas e facilitasse o trânsito dos moradores em diferentes bairros.

Em virtude do perfil de renda característico de cada região, era de se esperar que as moradias fossem distintas. As construções residenciais da Vila Higienópolis

²⁵ “Apesar desta localização ser em uma área já ocupada, justifica-se pelo tipo de construção que é em madeira e com idade superior a 8 anos, portanto, com seu tempo de vida útil esgotado” (Caderno de Estudo Cura-LONDRINA, 1974, p.8). As casas de madeira seriam derrubadas para que edificações de outro tipo fossem erguidas. Apesar de não termos o levantamento exato de quantas construções havia desse tipo, acredita-se que não eram muitas, visto que a predominância na Vila Higienópolis era de residências/estabelecimentos de alvenaria. O Parque Guanabara possuía o maior número de construção de madeira dentre as áreas piloto.

eram, em sua maioria, de alvenaria, consideradas como de porte médio e com tendência a seguir esse padrão; as do Parque Guanabara, por sua vez, eram de caráter popular, madeira e já era previsto que, com a execução do programa, a região incorporasse o padrão presente na Vila Higienópolis:

Com o zoneamento em volta da área sendo de padrão elevado, se prevê realmente a implantação de tal tipo de construção; conseqüentemente a sua elevação é real e certa, levando em consideração ainda, o poder aquisitivo dos proprietários dos lotes vazios (Caderno de Estudo Cura-LONDRINA, 1974, p.8).

É válido lembrar que em torno de 40% das moradias eram alugadas, o que significa que considerável parcela da população poderia sentir as conseqüências do fenômeno colocado acima, caso os proprietários fossem levados pela pressão da mudança de padrão ao entorno do local e das novas construções realizadas nos lotes vazios do bairro. Aqueles que possuíam casa própria também estariam vulneráveis a tal situação, pois acreditava-se que as residências existentes seriam demolidas, dando espaço às construções de alvenaria.

Em relatório elaborado pelo Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal da Fundação Prefeito Faria Lima (1987) a respeito da execução e resultados dos Projetos Cura no Brasil, foi avaliado que

Em quase todas as áreas CURA observa-se que os lotes vagos são ocupados, durante ou após a execução das obras, com edificações de padrão melhor que aquele predominante antes da implantação do programa. Esse é um indício claro de que essas áreas deixam de ser acessíveis, em termos econômicos, a famílias com renda semelhante àquela dos ocupantes antigos (CEPAM, 1987, p.26).

Caso o impacto da mudança de perfil das propriedades a serem construídas fosse tomado como objeto de breve reflexão no Cura-Londrina, seria possível acreditar que ela exerceria influência considerável, uma vez que 359 (60%) dos 598 lotes do Parque Guanabara encontravam-se desocupados, ou seja, o volume de novas construções seria alto caso a ocupação correspondesse às projeções realizadas para a área. A Vila Higienópolis, por sua vez, contava com apenas 23,19% dos lotes ociosos e não possuía áreas a serem loteadas e urbanizadas.

Enquanto era previsto que o padrão fosse mantido nessa região, a mudança do perfil residencial e da paisagem urbana do Parque Guanabara já eram esperados, projetados e no decorrer do ano de 1975 começou a se tornar realidade:

Mais urbanização

Foram iniciadas as obras de urbanização da segunda pista da Rua Montevideu (prolongamento – que já possui uma das pistas asfaltadas). *É curiosa a fé que os investidores imobiliários põem no lado sul da cidade, onde até há pouco só havia o bairro estagnado denominado Guanabara.* Agora, além do Projeto Cura, que recupera este loteamento tradicional, aceleram-se as obras dos loteamentos para as *mansões* de Londrina que é o que se pode construir em terrenos de mil metros. Isto quer dizer que, no crescimento da cidade, a abertura para o sul vai ser constante, até que se atinja a pista de asfalto da PR-445, a rodovia Celso Garcia Cid. (FOLHA DE LONDRINA, 13-05-1975, p.4, grifo nosso).

Conforme apontado pelo jornal, a região do Parque Guanabara passou a ser visto de outra maneira na cidade. Agora – em 1975, período em que as obras ainda estavam em andamento – tratava-se de uma zona próspera, local de interesse dos investidores imobiliários que poderiam lucrar com as mansões que vinham sendo construídas.

Nos estudos das áreas Cura foi levantada a hipótese da mudança referente à questão físico-urbanística, que se concretizou com a conclusão do projeto:

[...] a área do primeiro Projeto CURA de Londrina é exemplo de grande transformação. Casas extremamente modestas foram substituídas por palacetes, uma vez que as obras CURA proporcionaram excelente acessibilidade e ótima infra-estrutura para um bairro que já estava num sítio agradável, junto a um lago (CEPAM, 1987, p.31).

O investimento na melhoria dos equipamentos urbanos resultou em um dos objetivos traçados pela equipe do Cura: mudança do padrão de ocupação do Parque Guanabara.²⁶

A gradual modificação do perfil do bairro e de seus habitantes influenciaria em uma das práticas sociais estabelecidas dentro desse espaço. A conveniência, conforme definida por Pierre Mayol (2003, p.49)

[...] reprime o que “não convém”, “o que não se faz”; ela mantém à distância, filtrando-os ou banindo-os, os sinais de comportamentos ilegíveis no bairro, intoleráveis para ele, destruidores por exemplo da reputação pessoal do usuário. [...] é simultaneamente o modo pelo qual se é percebido e o meio obrigatório de se permanecer submisso a ela: no fundo, ela exige que se evite toda dissonância no jogo dos comportamentos, e toda ruptura qualitativa na percepção do meio social.

²⁶ Ver página 39.

O indivíduo não mais seria percebido como parte daquele ambiente, não poderia continuar submetido a regras sociais que, mesmo não colocadas formalmente, estavam explícitas na dinâmica do bairro e nas tarefas corriqueiras do dia-a-dia. O morador que não possuísse uma casa que obedecesse aos padrões arquitetônicos das demais ou que não compartilhasse das mesmas práticas sociais por falta de recursos seria afastado do local que anteriormente fora seu lar, não pelos outros habitantes, mas por si próprio, por não compartilhar da atual realidade do ambiente e possuir práticas comportamentais não mais aceitas naquele espaço (o simples fato de não possuir automóvel, por exemplo).

Tais questões nos levam a refletir sobre o conceito de imaginabilidade elaborado por Lynch (1997, p.11), que seria “a característica, num objeto físico, que lhe confere uma alta probabilidade de evocar uma imagem forte em qualquer observador dado”. Podemos entender os bairros de atuação do Cura como objetos físicos que foram alterados e com isso a imagem que evocavam também se modificou. Elementos estéticos que conferiam marcos de referência para os moradores do local foram aos poucos adotando outras formas e, portanto, novas imagens e significados.

No ano de 1976 a região passou a consolidar a elevação do padrão urbanístico e mostrar a quem estava direcionada. A capa da Folha Imobiliária, seção do jornal Folha de Londrina do dia 29 de agosto de 1976, deixou bem claro qual era o nível do entorno do Lago Igapó:

Supervalorização imobiliária da zona nobre de Londrina

Pouco a pouco as margens do Lago Igapó vão sendo ocupadas por luxuosas residências.

Morar às margens do Lago Igapó é um privilégio para poucos, pois lá os terrenos são caríssimos e raros. Segundo a maioria dos imobiliários de Londrina, tal afirmação jamais poderia ser contrariada, uma vez que o Igapó é considerado a região mais valorizada da cidade.

FAIXA NOBRE

O mercado imobiliário londrinense classifica a região do Igapó como “faixa nobre”, assim como acontece em outros centros, como o bairro do Morumbi em São Paulo, a Quinta da Boa Vista no Rio [...]. Assim, Londrina como toda cidade que se expande, reservou sua área nobre. E como não poderia deixar de ser, as margens do Lago Igapó constituíram o local mais indicado para essa escolha, não apenas pelo seu aspecto paisagístico como também pela tranquilidade que oferece. O gênio da arquitetura brasileira, Roberto Burle Marx completou a obra, urbanizando o Igapó através de um projeto paisagístico onde o próprio arquiteto afirma que procurou “o equilíbrio entre o humano e o natural.” [...]

DESENVOLVIMENTO

Com o crescente desenvolvimento de Londrina, muitas zonas residenciais foram ficando praticamente estranguladas, como é o caso da av. Higienópolis que já vem sendo apontada para se tornar futuramente na principal avenida comercial da cidade e conseqüentemente, centro turístico de Londrina. Assim, muitas pessoas que moravam em pontos estrangulados e que possuíam casas às margens do Lago Igapó só para os fins de semana já passaram a residir definitivamente junto ao lago. [...]

Enfim, sair do quintal de sua residência e pegar uma lancha para um passeio através do Igapó, não resta dúvida, é um privilégio. Mas, Londrina como toda cidade grande já tem sua zona nobre, importante não só para quem a habita, como para o deleite do turista que nos visita, sem contar as vantagens de sua belíssima urbanização, propiciando à cidade um aspecto realmente agradável (FOLHA DE LONDRINA, 29-08-1976, s/n, grifo nosso).

O projeto de urbanização do lago começou a ser elaborado em 1972, durante a gestão do então prefeito Dalton Paranaguá (1969 – 1972) e foi executado no governo de José Richa (1973 – 1976). Grande parte do que foi planejado por Burle Marx²⁷, entretanto, não foi posto em prática. Os jardins e demais equipamentos paisagísticos por ele planejados não saíram do papel (FRAZÃO, 2009). Mas ocorreram, de fato, intervenções naquele espaço que desde sua inauguração – ano de 1959 em comemoração ao jubileu de prata da cidade – encontrava-se abandonado em uma região não efetivamente ocupada do município. O geógrafo Bortolo (2010, p.62) apontou que “No decorrer dos anos de 1960 e findar de 1970, a prefeitura começou a dotar a área do lago com inúmeras infra-estruturas que buscavam, por meio de prática do lazer, utilizar sua área”, o que nos leva a refletir que as intervenções no lago datam do mesmo período da execução de projetos urbanos em Londrina. É possível perceber que a figura de Burle Marx foi explorada pela reportagem acima, pois se tratando de um importante paisagista, daria maior credibilidade ao local que procurava se firmar como sendo de alto padrão no município.

Mesmo com tais observações, é admissível pensarmos no papel que a região do Lago Igapó estava assumindo e, conseqüentemente, o Parque

²⁷ Roberto Burle Marx (1909 – 1994) foi um dos mais importantes paisagistas brasileiros do século XX. Artista de múltiplos talentos, também atuou em diversas áreas do mundo das artes. Quanto a sua atuação no paisagismo, “foi um dos principais responsáveis pela criação de uma linguagem paisagista moderna. E o fez a partir da valorização estética da flora nativa, resgatando-a da triste condição de ‘mato’, revelando-a para o mundo e para os próprios brasileiros” (CAVALCANTI, Lauro. Roberto Burle Marx: a permanência do instável. *Vitruvius*, ano11, mai 2011. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/11.044/3873>>. Acessado em 22/11/2012).

Guanabara, que se localizava em sua margem direita. A elevação do padrão daquela área e o destaque por parte da imprensa local indicavam a nova configuração da região central da cidade de Londrina, agora não só com a organizada Vila Higienópolis, detentora da mais importante avenida do município, mas também composta pelo agradável Parque Guanabara que possuía em seu entorno nada menos que o Lago Igapó, transformado em símbolo paisagístico e nobre da cidade.

Torna-se pertinente indagar que os fatores decisivos para que o Cura tivesse tal desfecho nessa região tenha sido a presença do Lago Igapó e suas áreas vizinhas, já bastante desenvolvidas e de padrão médio/alto. O Parque Guanabara possuía os pressupostos para se tornar um espaço de padrão elevado na cidade, o que lhe faltava era investimento em melhorias urbanas, o que foi feito com o Cura. Sobre o variado padrão das áreas Cura nas cidades que o executaram, a conclusão presente no relatório do CEPAM (1987, p.27) é a de que

[...] os diferenciais de padrão (que indicam o grau de valorização dos lotes) variam conforme a localização das áreas CURA na cidade. Em áreas periféricas e razoavelmente consolidadas como bairros populares, o diferencial é pequeno, pois trata-se de locais poucos atraentes para classe média ou alta, mesmo que bem equipados. Em áreas bem localizadas na estrutura urbana, onde à valorização provocada pelas obras CURA soma-se aquela decorrente da própria dinâmica da cidade (expansão de comércio e serviços, eixos viários importantes, etc.), o padrão de renda predominante muda sensivelmente.

As áreas mais sujeitas a mudanças são, obviamente, aquelas que tinham ocupação menor antes da intervenção.

O deslocamento²⁸ da população das áreas Cura não foi o mesmo nas treze cidades analisadas pelo Cepam, nem mesmo foi constatado que isso ocorrera em todas elas. Diferentes fatores puderam influenciar para que isso acontecesse. Sobre o caso do projeto piloto no município de Londrina, foi observado que sua aplicação se deu

[...] em área privilegiada em termos de acessibilidade e paisagem [...] onde o fenômeno [deslocamento dos moradores] foi agravado pelo aumento significativo de tributos e pela aplicação da legislação urbanística que torna não-conformes padrões de ocupação típicos de população pobre (mais de uma família por lote, por exemplo) (CEPAM, 1987, p.28).

²⁸ O termo utilizado no documento foi “expulsão” dos moradores de baixa renda.

Além das implicações do projeto, a população ainda teve de lidar com as novas imposições feitas pelo poder público municipal, que proibiu a instalação de mais de uma família por lote e passou a permitir apenas a construção de casas de alvenaria com no mínimo 144m².

É possível notar que as conseqüências do projeto variaram conforme as peculiaridades das regiões e o direcionamento dado pelas prefeituras municipais. No caso de Londrina, o Cura foi conduzido de maneira com que fosse criada uma área homogênea na zona central do município para que assim a principal região da cidade adquirisse o status de *moderna*: organizada e planejada segundo a maneira delineada pelo poder federal.

Um dos principais trabalhos sobre o Projeto Cura em Londrina e o único que aborda detalhadamente o Parque Guanabara é a tese do sociólogo João Batista Filho intitulada “O Projeto Cura no Parque Guanabara: uma política-programa de renovação urbana em Londrina”, datada do ano de 1985. O autor concentrou sua reflexão no deslocamento populacional do bairro através, principalmente, de entrevistas com antigos e recém moradores do local, além de funcionários que atuaram no Cura. Ele defende que houve a expulsão da grande maioria da antiga população do bairro que não conseguiu arcar com as despesas pós-Cura e não tinha condições de acompanhar a rápida mudança de perfil do local. O autor chegou à conclusão de que

O bairro mudou. Mudou igualmente a sua população. Mudaram também as suas características primitivas de bairro de periferia. Todo o amontoado de ranchos e de precárias construções que serviam de moradia para aquela população pobre, desapareceu do Guanabara. Desapareceram também os donos dessas precárias habitações. Todo esse processo vem confirmar a nossa hipótese central de que a Política Programa CURA em Londrina favoreceu as classes mais avantajadas (BATISTA FILHO, 1985, p.285).

Estimou-se que os novos moradores, habitantes que se instalaram após a execução do projeto, passaram a representar mais de 70% do contingente populacional da área. Isso representa uma significativa mudança no intervalo de apenas dez anos entre a conclusão do Cura e a pesquisa do sociólogo. Uma das questões defendidas por ele, entretanto, merece maior cuidado e reflexão. Batista Filho afirmou na citação acima que “a Política Programa CURA em Londrina favoreceu as classes mais avantajadas”. Outros projetos Cura foram executados posteriormente no município nas áreas abarcadas pelo plano plurianual que

também eram regiões periféricas e de baixo padrão, porém os resultados não foram os mesmos do Parque Guanabara (deslocamento da população e mudança drástica da paisagem urbana e de seu perfil). Conforme exposto anteriormente, vários fatores influenciavam os resultados do Cura, especialmente o potencial da área. Uma vez que a região do Parque Guanabara contava com atrativos naturais, as obras do projeto acarretaram a exploração da área por parte do setor imobiliário. Não foram observados fenômeno semelhantes em outros locais de execução do Cura em Londrina, como poderemos ver mais adiante.

No ano de 1985 foi publicada uma matéria no jornal Folha de Londrina tratando sobre a tese do sociólogo e então professor da Universidade Estadual de Londrina. A matéria, intitulada “A vila melhorou e o povo foi embora” e composta pelo *lead* “As melhorias chegaram como num sonho. Mas o desrespeito às condições econômicas da população acabou por expulsá-la, concluiu o sociólogo João Batista Filho, depois de quatro anos de estudo sobre as transformações ocorridas no Parque Guanabara” (FOLHA DE LONDRINA, 06-11-1985, p.6), apontou os dados levantados pelo autor e discorreu sobre o contraste do bairro anterior e posteriormente ao Cura, que passou a ser composto por “empresários, fazendeiros, industriais, políticos bem-sucedidos, advogados, médicos, professores universitários e dentistas” e que teve 95% de saída dos antigos moradores.

Poucos dias depois, foi publicada uma matéria em resposta às colocações feitas pelo sociólogo. O prefeito da época, Wilson Moreira, combateu as afirmações:

Wilson Moreira não aceita essas acusações. Para ele, pode ter ocorrido saída de moradores do bairro pelos motivos apontados pelo professor, mas não foi a regra geral. “As pessoas venderam suas propriedades porque não souberam manter seu patrimônio, que foi valorizado com o projeto Cura. *Muitas vendas aconteceram até mesmo antes do projeto ser concretizado, com a simples notícia de que ele existiria e com o conseqüente aumento nos valores das propriedades.* Vendeu quem não conseguiu resistir às boas ofertas em dinheiros, e isso não é culpa do Cura ou da Prefeitura” – defendeu-se (FOLHA DE LONDRINA, 10-11-1985, s/p, grifo nosso).

O próprio prefeito se contradisse na declaração feita ao jornal. Ao afirmar que muitas vendas aconteceram somente com a notícia de que o projeto seria implantado, acabou negando a colocação de que nem o Cura, nem a Prefeitura tiveram culpa da venda e deslocamento da população daquela área. O que podemos perceber é que o projeto exercia influência antes mesmo de ser

executado, a simples notícia de implantação futura gerava mudança na dinâmica da área.

O Projeto Cura repercutiu, também, na campanha política dos prefeitos dos municípios que dele participaram. De acordo com Lucchese (2004), o caso de Londrina foi, inclusive, um dos mais notórios do país e influenciou a carreira e projeção de José Richa, prefeito de 1973 a 1977, senador em 1978 e governador eleito no ano de 1982. Dentro da cidade, entretanto, tratava-se de um assunto delicado, conforme é possível perceber no trecho do jornal sobre a polêmica entre o sociólogo e o prefeito.

Dez anos antes dessa reportagem, o mesmo jornal havia publicado uma matéria a respeito do suposto privilégio desse projeto na cidade de Londrina. Segue abaixo extratos da mesma:

Estaria o projeto Cura atendendo a bairros privilegiados?

[...] Ao todo, 13 bairros da periferia de Londrina receberão os benefícios das obras do CURA. Inicialmente, as obras incluem asfaltamento e implantação de galerias pluviais em extensa área, que compreende o Parque Guanabara, Jardim Quebec e Vila Higienópolis. É exatamente aí que surge a polêmica. Muitos não entendem e fazem a pergunta: por que o Projeto CURA inicialmente procurou atender três bairros privilegiados? Executando-se o Parque Guanabara, o Jardim Quebec e a Vila Higienópolis, localizados na região do Igapó, são considerados urbanisticamente como bairros de classe A. Uma vez que os bairros carentes de infra-estrutura é que deveriam receber tais benefícios, justifica-se a indagação sobre se o Projeto CURA estaria na realidade cumprindo o seu objetivo em Londrina.

RETORNO A CURTO PRAZO – [...] Para o engenheiro Enoch Vieira dos Santos, o Banco Nacional de Habitação é um estabelecimento de crédito como qualquer outro, e logicamente só faz aplicação em projetos onde haja viabilidade econômica, o que vale dizer, um retorno do capital aplicado a curto prazo [...] Ressaltou ainda Enoch Vieira dos Santos que, embora seja o dinheiro do trabalhador que está em negociação, por outro lado, o *próprio trabalhador não teria condições de arcar com a responsabilidade de uma breve devolução, levando-se m conta que, logo após o bairro receber os benefícios, os impostos serão cobrados, o que é justo. Para uma pessoa de pouca renda, a situação seria onerosa*, disse.

ESCOLHA FELIZ – Para o imobiliário e vereador Daniel Gonçalves, “não se pode negar a escolha feliz que a Prefeitura Municipal fez, em incluir o Parque Guanabara na área piloto do Projeto CURA. Na realidade, um dos mais carentes de benefícios públicos. O Parque Guanabara, além de tudo, representa um dos mais antigos loteamentos de Londrina e justifica plenamente a sua inclusão no Projeto CURA”. Lembrou ainda Daniel Gonçalves que muitos outros bairros da periferia receberão os *benefícios* do CURA [...].

APENAS UM INÍCIO – Para Gustavo Lessa, também imobiliário e loteador, “muita gente está tirando conclusões apressadas em relação ao Projeto Cura”. Segundo ele, nem bem iniciou a obra e já começaram as críticas. Em sua opinião, o CURA vai atender perfeitamente as necessidades dos bairros carentes de benefícios públicos. E afirma: “*Os bairros adjacentes ao Igapó representam apenas o início do Projeto*, sendo lógico que na se poderia começar pelo meio. Consequentemente, aqueles bairros por força de circunstâncias do próprio projeto, teriam que ser beneficiados também”.

RECREAÇÃO E SANEAMENTO – Enquanto os trabalhos de asfaltamento e implantação de galerias pluviais se desenvolvem nas áreas compreendidas pelo Parque Guanabara, Jardim Quebec e Vila Higienópolis, as obras de recreação, saneamento e urbanização de fundos dos vales, *melhorias* dos cemitérios e estímulos ao comércio deverão dar prosseguimento ao programa do Projeto Cura. *Londrina foi a primeira cidade brasileira, entre dez outras importantes, a apresentar os projetos técnicos de obras para a apreciação do Banco Nacional de Habitação, elaborado pela Prefeitura. É de Londrina que partirá o modelo para outras cidades que futuramente deverão ser beneficiadas pelos programas do Projeto Cura* (FOLHA DE LONDRINA, 18-05-1975, grifo nosso).

Em um primeiro momento, a reportagem formulou um questionamento que vai contra os pressupostos básicos do projeto, de que ele estaria atendendo áreas não tão necessitadas, tendo em vista que a cidade contava com muitos outros locais que realmente precisavam de melhorias. Entretanto, no decorrer da matéria, foram inseridas entrevistas com figuras do setor privado de Londrina. Essas pessoas – um engenheiro e dois imobiliários, sendo um vereador e outro loteador – eram personagens que possuíam interesses, de uma forma ou de outra, na realização de obras e movimentação imobiliária em bairros que antes não eram tão dinâmicos no setor. As entrevistas rebateram a colocação inicial, defenderam as realizações do projeto e formularam projeções positivas em relação aos caminhos do Cura. A reportagem foi finalizada com as colocações do jornal abordando o desenvolvimento das obras e melhorias nos locais selecionados. Também foi destacado o fato de Londrina ter sido a primeira cidade a implantar o Cura e, assim, servido de modelo para outras cidades que viriam a se “beneficiar” com o projeto.

Mesmo que a Folha tenha contornado a questão e dado um direcionamento positivo para o projeto, tais matérias nos levam pensar que questionamentos referentes à natureza do Cura foram levantados durante sua execução, uma vez que foi motivo de atenção e esclarecimento pelo veículo de comunicação.

O Cura, projeto polêmico como podemos notar, gerou grande mudança na paisagem do Parque Guanabara e também no cotidiano dos moradores,

interferindo na relação entre morador e bairro. Segue abaixo um trecho de entrevista realizada por Batista Filho com D. Rosa, ex-moradora, que ilustra essa questão:

“Cada dia a vila manhecia [sic] como aquele horror de máquina e com aqueles home [sic] que chegava e saía com uns pape [sic] na mão conversando com os trabaiaador [sic]. *Cada dia a vila ia ficano* [sic] *uma vila mais estranha para nós* [sic]. E a gente sentia um nó na garganta. Nós [sic] sabia que não podia pagar aquilo tudo. De graça?! Isso eles não ia faze. Nós [sic] pensava: nós [sic] vai ter que saí daqui. Dá dó inté [sic] pensa. Porque lá para nós [sic] tudo era mais no jeito. Pois lá da vila, numa urgença [sic] nós ia até a pé na cidade. Mas o sinhô sabe né?! Quem é que óia [sic] pros pobre?!” (BATISTA FILHO, 1985, p.176, grifo nosso).

Além do receio dos encargos tributários que poderiam vir junto com as obras no bairro, havia também a gradual mudança de percepção do ambiente. A imagem construída daquele local, antes tão habitual e familiar, ia se desfazendo, dando lugar a novos traçados, cores, formas e tantos outros elementos que não pertenciam àquele lugar, muito menos ao universo de habitantes como D. Rosa.

O bairro, seu espaço de convívio, seria “uma noção dinâmica, que necessita de uma progressiva aprendizagem, que vai progredindo mediante a repetição do engajamento do corpo do usuário no espaço público até exercer aí uma apropriação” (MAYOL, 2003, p.41). É o local de passagem do privado para o todo, que é a cidade. Os moradores acabam apropriando-se do local, privatizando um espaço público da cidade.

Entendido dessa maneira, o relato de D. Rosa nos leva a crer que ela necessitaria, cedo ou tarde, apropriar-se de outro local: fosse de outro espaço, caso ela se mudasse do bairro, ou daquele próprio lugar, da própria “vila”, como ela se referiu, pois “ela ia ficano cada vez mais estranha para nós”, para os indivíduos que estavam vivenciando a metamorfose daquele ambiente.

3.2. Plano Plurianual: definições e proposições

O plano plurianual era um dos itens que constavam nas diretrizes propostas para o projeto do Manual Cura. Era um projeto “a ser desenvolvido para a totalidade de área urbana de um município, subdividida em sub-áreas homogêneas, definindo-se uma escala de prioridades para intervenção a partir de critérios pré-estabelecidos” (CARVALHO, 1985, p.22). Deveriam ser selecionadas áreas na

cidade que se enquadrassem nas proposições iniciais do projeto para serem atendidas no primeiro triênio logo após sua elaboração. A partir daí, seriam feitos estudos de ordem física e econômica a fim de identificar as principais deficiências e o valor total que deveria ser dispensado nesses locais. Com isso, as áreas de atuação da prefeitura municipal e do capital privado seriam delineadas, pois o Cura seria direcionado apenas aos equipamentos de ordem prioritária e que não contassem com investimentos de nenhuma natureza (outros órgãos públicos ou privados).

Conforme postulado no documento Plano Plurianual Cura Londrina (1975, s/p):

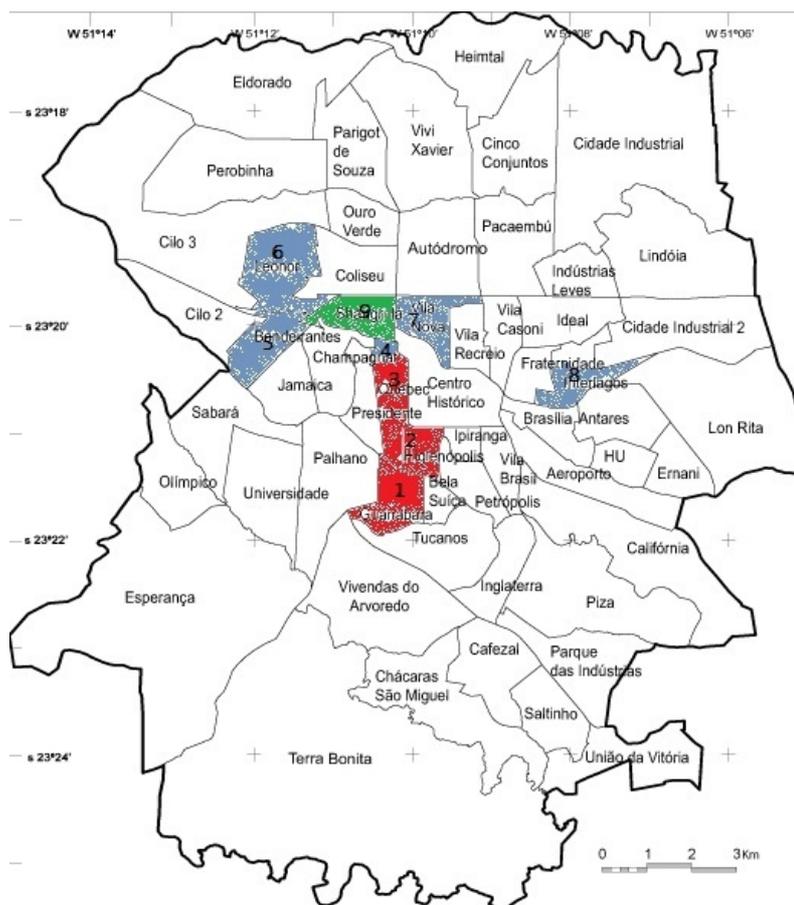
Nas áreas de menor renda, o investimento é maior, não é fato novo. Ocorre que para oferecer lotes a custo mais baixo, os loteadores reduzem os equipamentos, conseqüentemente passando a complementação ao poder público, que com os seus poucos recursos, tem que investir onde o retorno é mais rápido, ficando essas áreas para serem solucionadas no decorrer do tempo. O programa CURA viabilizará pelo longo prazo de retorno, fato que a municipalidade não pode oferecer.

É feita referência à dinâmica da questão financeira que deveria se delinear com a implantação do plano. Esse era um dos principais pressupostos para a escolha das áreas e também para a definição da ordem de execução das obras. Esta deveria ocorrer, primeiramente, nos locais em que fossem constatados os maiores índices de renda da população e, conseqüentemente, onde teria o menor investimento, por se supor que contavam com melhor infra-estrutura. Dessa maneira, o retorno financeiro seria maior e mais rápido, o que possibilitaria o posterior investimento nas áreas de maior demanda de equipamentos urbanos.

A partir de tais pressupostos, inicialmente foram selecionadas cinco áreas para a aplicação do plano plurianual Cura-Londrina, ilustradas na figura 1, na qual é possível perceber que tanto as áreas do plano piloto, com as do plurianual estavam localizadas próximas umas às outras. Essa aproximação aponta para a proposta dos manuais já referenciados e para a abordagem de Lynch a respeito da aproximação de grupos com características próximas. Entendemos que foram os elementos de aproximação que possibilitaram a interligação de tais zonas urbanas. Estas zonas podem ser percebidas através das proposições dos equipamentos urbanos feitas a esses locais. Atrelado à composição, temos sua proximidade com a região central da cidade, conforme destacado na figura 2, fator que representava

um aspecto positivo segundo as diretrizes do projeto, já que essas áreas seriam facilmente integradas ao principal espaço urbano.

Figura 1: Mapa das áreas Cura-Londrina



Fonte: Atlas Ambiental da Cidade de Londrina²⁹.

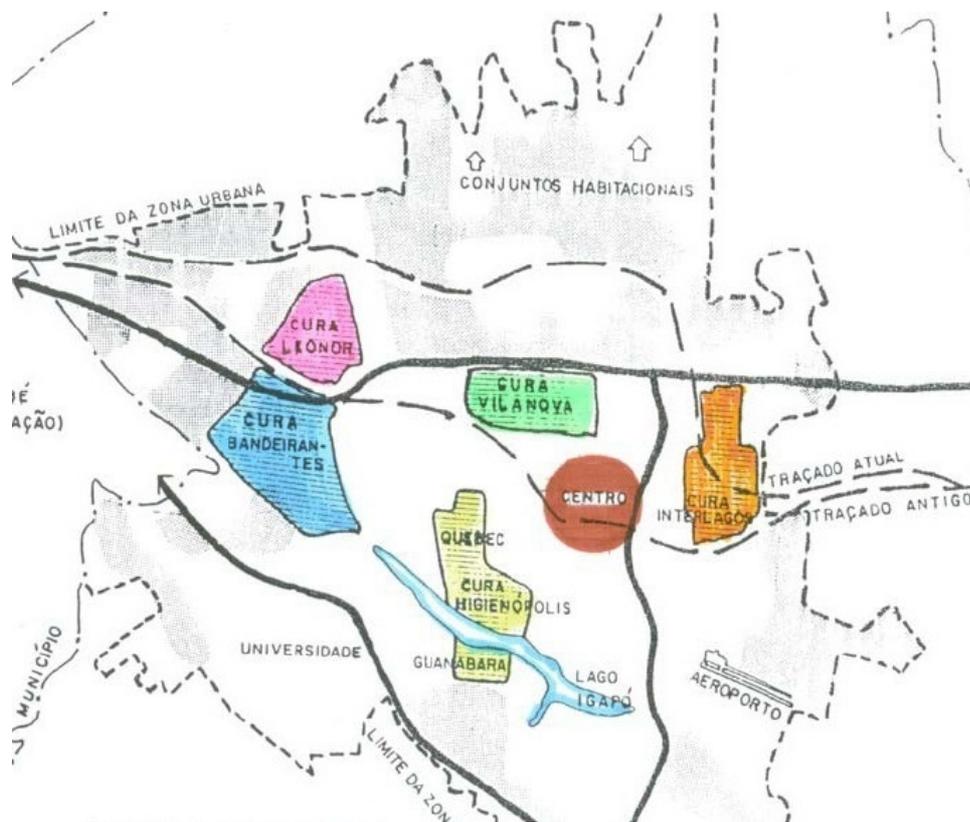
Áreas do projeto piloto: 1 – Parque Guanabara, 2 – Vila Higienópolis, 3 – Jardim Quebec.

Áreas do plano plurianual: 4 – Jardim Alvorada, 5 – Bandeirantes, 6 – Leonor, 7 – Vila Nova, 8 – Interlagos.

9 – Shangri-lá.

²⁹ Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/atlasambiental/CIDADE/bairros.jpg>>. Acessado em 28 de set. 2012. Detalhes das áreas Cura elaborados pela autora.

Figura 2: Mapa das áreas Cura-Londrina em relação ao centro da cidade



Fonte: Fest (2005, p.138)

Posteriormente à elaboração do plano plurianual, foi redigida uma alternativa para sua execução, também pela Secretaria de Planejamento (julho de 1975), em que constavam algumas modificações de caráter estrutural. Uma delas foi a eliminação da área Shangri-lá³⁰. A justificativa presente no documento era a de que a prefeitura já estaria executando os equipamentos apontados no Plano Plurianual com recursos próprios no local, o que a excluiria do financiamento do BNH. É colocado ainda que

A sua ocupação se dará em processo normal, e talvez se acelere com a aplicação do CURA nas outras áreas propostas, pois desenvolvimento dessas áreas determinarão um incremento de ocupação como resultado da implantação de novos equipamentos urbanos (Alternativa Plano Plurianual Cura-LONDRINA, 1975, s/p).

Mesmo sem o financiamento do banco responsável pelo Cura, a área ainda sentiria as implicações do projeto no sentido da ocupação do solo e também aumento no dinamismo do local, uma vez que o projeto possuía potencial para

³⁰ Posteriormente foi inserida ao plano plurianual a área Interlagos.

influenciar áreas vizinhas de onde estava sendo executado. O Cura alcançava, portanto, limites além dos oficialmente estabelecidos.

As áreas maiores – Bandeirantes e Leonor – foram subdivididas em áreas menores (Bandeirantes 1, 2 e 3; Leonor 1 e 2) de atuação do plano. Estas eram também as áreas com menor renda familiar, inseridas na faixa de 0 a 3 salários mínimos regionais, já as áreas Alvorada e Vila Nova encontravam-se com renda de 3 a 6 salários mínimos. Esses locais eram constituídos, em sua maioria, por casas de madeira má conservadas. A exceção era Alvorada, que contava com habitações em alvenaria e de padrão construtivo médio, era também a região com o menor número de habitantes: 5.155, contra 10.225 de Bandeirantes, 17.175 do Jardim Leonor e 18.735 da área Vila Nova³¹.

Em relação aos aspectos de superestrutura, as carências eram praticamente semelhantes em todas as áreas. As maiores deficiências eram referentes à recreação, coleta de lixo, limpeza das ruas e centros de saúde. Tais características eram menos acentuadas em Vila Nova, que possuía um parque infantil e cinema, contava com coleta de lixo e varrição diária das ruas principais. Não possuía atendimento específico à saúde, mas existiam duas instituições que prestavam serviços assistenciais e de profilaxia.

Os maiores problemas estavam concentrados nos equipamentos de infraestrutura. A maior parte das vias não estavam asfaltadas ou dotadas de qualquer outro tipo de pavimentação. Na área Bandeirantes, apenas duas vias possuíam asfalto (Avenida Arthur Thomas e Rua Serra da Graciosa); o Jardim Leonor contava com 72% das vias sem pavimentação e a área Alvorada, 69%. O quadro modificava-se um pouco em Vila Nova, que tinha 68% das vias pavimentadas – 50% com asfalto e as demais com paralelepípedo.

Outro problema expressivo era a falta de tratamento do esgoto. Apenas a área Vila Nova contava com metade do atendimento, as demais áreas não possuíam qualquer tipo de tratamento e lançavam os despejos em fossas. É válido lembrar que esse era um problema presente em praticamente todas as regiões de Londrina. No documento Plano Preliminar Londrina (ASPLAN, 1967), dos treze bairros pesquisados, apenas um possuía atendimento total do serviço, dois o recebiam parcialmente e dez deles não contavam com nenhum tipo de tratamento. O serviço

³¹ Os dados que constam no estudo do Plano Plurianual (1975) são do final do ano de 1973, resultantes de levantamentos realizados pela Secretaria de Planejamento de Londrina.

de coleta e tratamento do esgoto continuou a ser um problema ao longo da década de 1970 para a cidade, como foi evidenciado no Plano de Desenvolvimento Urbano de Londrina – PDU – do ano de 1979. Segundo o documento, apenas 56.064 habitantes – 20% da população – eram atendidos pelo serviço (PDU-LONDRINA, 1979, p.34). Tais dados evidenciavam a carência desse tipo de serviço, mesmo após o início das obras do Cura.

Os equipamentos presentes no documento de alternativa de execução do plano plurianual que iriam receber investimentos eram os que abrangiam pavimentação e construção de calçadas, galerias de águas pluviais, abrigos nas paradas dos ônibus, iluminação pública e recreação. Sobre tal seleção, foi pontuado que

Os equipamentos propostos são os mais carentes, e obedecem aos padrões vigentes nos Bairros de Londrina, utilizados para acelerar a ocupação das áreas. Os demais equipamentos serão executados pelas empresas concessionárias de serviços (água, luz, telefone, transporte, etc); dentro de um programa de obras que dará prioridade para as áreas CURA.

A Prefeitura, através de recursos próprios ou por via de financiamentos oriundos de programas do BNH em implantação no município (FIDREN³² e Acessos de Conjuntos Habitacionais), irá completar as obras não propostas nesta alternativa, porém citadas no Plano Plurianual (Plano Plurianual Cura-LONDRINA, 1975, s/n).

Conforme colocado, o Cura atenderia aos setores mais urgentes dos bairros selecionados. Aqueles não abrangidos pelo projeto iriam contar com intervenções de outros órgãos executores que cuidavam das obras no município, entretanto seria dada prioridade às áreas Cura. Os equipamentos restantes, por fim, ficariam a cargo da própria prefeitura, que utilizaria recursos públicos ou provenientes dos demais programas de financiamento do BNH.

As áreas previstas para iniciar a primeira etapa do plano foram Bandeirantes-1 e Vila Nova, no ano de 1976. Foram selecionadas duas áreas bastante distintas entre si. Vila Nova era o local com menos deficiências estruturais e que demandaria o menor investimento (Cr\$ 5.298.750,00). Nesse espaço, as obras seriam concluídas em apenas uma etapa. Conforme colocado no documento de alternativa para o plano referente ao local: “A estagnação se apresenta localizada numa área restrita, carente de pavimentação e galerias de águas

³² Subprograma de financiamento e/ou refinanciamento para implantação ou melhoria de sistemas de drenagem para controle de inundações de núcleos urbanos.

pluviais, requerendo pouco investimento” (Alternativa Plano Plurianual Cura-LONDRINA, 1975, s/p).

Já no Bandeirantes-1 seria feito o maior investimento do plano (Cr\$ 19.118.130,00) e a maior quantidade de execução de equipamentos (pavimentação, calçadas, galerias de águas pluviais, iluminação e abrigo de ônibus).

A justificativa para a ordem dos locais de execução das obras foi colocada da seguinte maneira

O potencial liberado pelas áreas CURA, acrescido de melhoramentos que se possam introduzir fora deles, provocará a ocupação, independentemente de investimento maciço, em toda a região, obtendo-se o resultado a que o CURA se propõe, no Município.

Subdividindo as áreas propostas no Plano Plurianual, de conformidade com os investimentos que nelas se pretende fazer, poderemos estabelecer uma prioridade para aquelas que demonstrem maior capacidade de retorno, deixando as demais para etapas seguintes (Plano Plurianual Cura-LONDRINA, 1975, s/p).

É válido também nos remetermos às normas estabelecidas no primeiro Manual Cura, de 1973, documento em que os projetos Cura em Londrina se basearam. Em relação à prioridade de atendimento:

Se para cada classe de renda existir mais de uma área CURA selecionada, a eleição dos Projetos CURA do primeiro plano plurianual seguirá um critério de prioridade baseado no prazo de retorno mais rápido. No caso de áreas que apresentem o mesmo prazo de retorno será dada prioridade àquela que atender a uma parcela maior da população (Manual Cura-BNH, 1973, p.II/7-8).

Com a exposição dos trechos referentes à escolha e ordem dos locais de execução do projeto, podemos perceber que as diretrizes estabelecidas foram seguidas em Londrina. A área Bandeirantes, apesar de ser a que demandaria maior investimento financeiro e infraestrutural, era a que possuía o maior número de habitantes e maior área de abrangência. Além disso, era um ponto estratégico, uma vez que possuía zonas de interligação com outros locais do projeto, ou seja, suas obras afetariam demais localidades. Já a área Vila Nova seria o local de retorno financeiro maior e mais rápido, pois contava com a maior arrecadação de tributos entre as demais integrantes do projeto. O valor total era de Cr\$ 812.207,70 – Cr\$ 245.170,80 territorial e Cr\$ 567.036,90 predial.

As obras do Cura-Bandeirantes/Vila Nova começaram em 29 de novembro de 1978, com conclusão prevista para nove meses, conforme anunciou a edição desse dia do jornal Folha de Londrina.³³ Seria, ainda, realizado um ato simbólico para marcar seu início, com a presença do prefeito Antonio Belinati. Foi depositada grande esperança nas intervenções do projeto na área Bandeirantes, pois se tratava de uma região, como já exposto, com grande volume de carências em sua estrutura urbana. Mesmo alguns anos antes do início das obras foram criadas expectativas a respeito das melhorias que o Cura poderia trazer ao local:

Bandeirantes, paraíso de problemas

O CURA, A SOLUÇÃO

A curto prazo, a única solução encontrada para resolver pelo menos as maiores deficiências do Bandeirantes seria através do Projeto CURA. A primeira etapa deste projeto foi a idealização do plano-piloto que deverá ser concluída ainda este mês. E para a segunda etapa já está prevista a realização de várias obras no Velho Bandeirantes.

Segundo Heinz George Herwig, diretor-presidente da PAVILON, para esta programação do CURA está incluído o asfaltamento da parte mais antiga do bairro e da rua que une o velho ao Novo Bandeirantes.

Isto ainda vai depender da aprovação do BNH (FOLHA DE LONDRINA, 19-10-1975, s/p).

A área Alvorada possuía uma via que interligava Bandeirantes com a Rua Maringá, no centro da cidade, além de fazer limite com a Avenida Tiradentes. Tratava-se de uma região de porte médio, a maioria das casas eram de alvenaria e seus 5.155 habitantes possuía renda média familiar entre 3 e 6 salários mínimos.³⁴ Apesar de seu perfil médio, 69% das ruas não estavam asfaltadas. Esse era, portanto, o maior investimento a ser feito na área, segundo indicativo do plano de estuda da área.

O Jardim Leonor seria um dos últimos a contar com a intervenção do Cura. Segundo a definição presente no caderno de estudos do plano plurianual, “É nesta área que se situa um dos maiores núcleos de favela existindo aproximadamente 300 famílias que vivem numa comunidade onde não há um mínimo de condições de higiene, agravando os problemas da área” (Plano Plurianual Cura-LONDRINA, 1975, s/p). Tratava-se, também, da área com a menor arrecadação de impostos: Cr\$ 208.200,64 – Cr\$ 71.618,00 territorial e Cr\$ 136.587,64 predial – em

³³ Projeto Cura: Começam hoje as obras no Bandeirantes e Vila Nova. *Folha de Londrina*, Londrina, 29 de nov. 1978, p.5.

³⁴ Ver tabela de valores nas páginas 41-42 do presente trabalho.

decorrência do baixo perfil de sua população, que possuía rendimento médio familiar de 0 a 3 salários mínimos.³⁵ A maior parte das obras estavam direcionadas a área Leonor-1, que contaria com todos os equipamentos propostos (pavimentação, recreação, iluminação, galerias de águas pluviais e abrigo de ônibus). A área Leonor-2 contaria com pavimentação e iluminação nas vias principais, por onde circulava o transporte coletivo, interligando-a, dessa maneira, ao Leonor-1 (Alternativa Plano Plurianual Cura-LONDRINA, 1975, s/p).

Além das obras previstas, também foram construídas praças nas áreas Cura-Leonor/Interlagos. Segundo reportagem da Folha de Londrina:

Projeto Cura possibilita construção de novas praças

Obras de urbanização de praças e outros logradouros estão sendo aceleradas pelo município de Londrina, em regiões periféricas da cidade, através do Projeto Cura (Comunidade Urbana para a Recuperação Acelerada). A informação, da Prefeitura, acrescenta que vários destes logradouros estão localizados nas áreas dos Jardins Leonor e Interlagos. (...) A programação de urbanização acaba de ser agilizada pelo prefeito Antonio Belinati, que *fixou prioridade* em áreas carentes.

O engenheiro Lauro Athayde de Freitas Filho, da Secretaria de Urbanismo, Obras e Viação, informou que a urbanização das praças abrange a realização de terraplanagem para regularização de áreas, adubação, plantio de grama e árvores, construção de guias em alvenaria revestidas, construção de calçadas e instalações de bancos (FOLHA DE LONDRINA, 11-07-1980, p.4).

A construção de ambientes arborizados e esteticamente agradáveis é uma das maneiras para moldar a imagem da cidade e torná-la mais notável e única, pois são marcas deixadas no ambiente urbano. Eles representam, de acordo com Lynch (1997, p.101), a estruturação de uma paisagem passível de imaginabilidade, em que “As novas formas [...] deverão ser agradáveis ao olhar, organizar-se nos diferentes níveis no tempo e no espaço e funcionar como símbolos da vida urbana”. Elementos como árvores têm, ainda segundo o autor, uma finalidade única, pois “Há neles, através de um longo desenvolvimento ou da marca de uma vontade pessoal, uma ligação íntima, visível, entre o detalhe sutil e a estrutura total”. Apesar de uma imagem ser construída de maneira individual, elementos como praças possuem a capacidade de representar uma quebra no ambiente, na estrutura total colocada por Lynch, que seria a cidade, o concreto, o preto do asfalto e toda a seriedade transmitida nos cenário urbano. Construções desse caráter realizadas

³⁵ Ver tabela de valores nas páginas 41-42 do presente trabalho.

pelo Cura procuravam deixar o ambiente bonito, organizado, nitidamente identificável, instrumentos que resultariam em um “verdadeiro *lugar*, notável e inconfundível” (LYNCH, 1997, p.102).

Essa foi a última área abarcada pelo Projeto Cura na cidade de Londrina. Em entrevista realizada com o engenheiro civil Virgílio Moreira³⁶, na época funcionário da Secretaria de Obras, Urbanismo e Viação e integrante da equipe da última área Cura-Londrina, foi colocado por ele que as obras nessa região foram finalizadas com êxito, pois representaram uma intervenção bastante significativa em duas áreas totalmente desprovidas de estrutura urbana. Chamou atenção para a satisfação da população desses locais, que passaram a ver motivos reais para o pagamento dos impostos, uma vez que anteriormente ao Cura não contavam nem mesmo com asfalto.

A relação de obras realizadas na área Cura-Leonor/Interlagos compreendeu: terraplanagem, guia com sarjeta, boca de lobo, poço de visita, tubulação, pavimentação asfáltica, calçadas, substituição de luminárias, urbanização de praças públicas, além da implantação de mercado municipal, abrigos para ônibus, posto de saúde, centro esportivo e bueiro celular (Córrego Água das Pedras, Interlagos) (LONDRINA, 1980, s/p).³⁷

Quando questionado a respeito da possível elevação dos impostos e se estes afetariam os habitantes das áreas, Virgílio disse que se tratava de uma questão referente a outro órgão e que não teria como responder. Entretanto, acreditamos que não ocorrera grande impacto nessas regiões, pois já eram locais periféricos e sem grandes atrativos que pudessem resultar em especulação imobiliária e possível mudança do perfil da população de baixa renda. A tendência em áreas com tais características era a manutenção de seu padrão e também da população, como foi observado pelo relatório do CEPAM (1987) sobre áreas Cura do país.

Ainda sobre tal observação, Lucchese (2004, p.112) aponta que se o projeto “foi implantado em um bairro periférico, onde a periferia é desprovida de infra-

³⁶ Entrevista concedida a autora no dia 13 de novembro de 2012, às 09h00min.

³⁷ Documento do acervo pessoal e gentilmente cedido pelo entrevistado. Foi a única relação completa de intervenções nas áreas Cura-Londrina, tanto do projeto piloto, quanto plurianual, que tivemos contato. Não foram encontrados documentos da Prefeitura Municipal de Londrina referentes aos resultados do Cura na cidade.

estrutura e equipamentos, o Cura formou ilhas onde o atendimento é melhor mas também não apresentou reflexos significativos no mercado imobiliário”.

As áreas abrangidas pelo plano plurianual não possuíam forte diferencial ou atrativo imobiliário, sendo assim, as mudanças foram sentidas em menor grau se comparadas ao projeto piloto de Londrina. Além do mais, esses locais não eram cercados por bairros de padrão mais elevado, tal como foi o caso entre Parque Guanabara e Vila Higienópolis e, portanto, não sofreriam influências para que ocorresse a incorporação de construções de perfis diferentes. Acreditamos que intervenções do Cura plurianual foram justamente no sentido de recuperar tais áreas, estruturá-las a fim de tornar o ambiente habitável e agradável.

O Projeto Cura foi uma significativa medida executada no município. Responsável por inferir mudanças no cenário urbano, foi objeto de destaque da imprensa local e atuou no cotidiano e nas relações estabelecidas entre os cidadãos e a cidade.

Ele exerceu, portanto, mudanças em diferentes níveis e situações não só nas áreas de abrangência, mas também nos arredores e, especialmente, nos cidadãos que vivenciaram em maior ou menor grau os desdobramentos desse projeto que, mais do que uma simples medida urbana, atuou em espaços que compõem a história da cidade de Londrina.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Londrina foi sendo construída em meio de ideais de modernidade e desenvolvimento que foram incorporados nas diversas medidas urbanas implantadas na cidade. O Projeto Cura não fugiu de tal ideal.

Mesmo que fosse um projeto com normas e diretrizes estabelecidas pelo governo federal, ele se moldou conforme o direcionamento dado pelo poder público municipal e também pelas características e potenciais individuais das áreas. Com isso, a mudança mais significativa no Cura-Londrina foi observada no Parque Guanabara, que compunha o projeto piloto e passou de região estagnada para o local que abrigava as novas mansões da cidade.

As áreas do plano plurianual, por sua vez, não sentiram de maneira tão intensa a mudança dos perfis ambiental e populacional. Mesmo com as obras do Cura, os locais permaneceram com o mesmo padrão habitacional e sócio-econômico.

Durante a entrevista realizada com o engenheiro Virgílio Moreira foi levantada a hipótese de que a década de 1970 tenha sido um divisor de águas no aspecto urbano em Londrina. Ele disse que isso ocorrera não só na cidade, mas em todo o país. Foi colocado ainda que, no caso de Londrina, o Projeto Cura foi um dos principais responsáveis por esse fenômeno.

Várias foram as medidas tomadas no âmbito urbano para tratar das diversas questões que emergiram nesse período. O Projeto Cura foi polêmico, notório e penetrou nos mais diversos aspectos que compõem esse organismo plural e multifacetado que é a cidade.

Através da interpretação que emanou das fontes em diálogo com os referenciais históricos e teóricos, buscamos dar visibilidade a esse período, a respeito do Cura e de sua atuação na cidade de Londrina. As implicações de sua aplicação, como se tentou expor, foram de precedência expressiva na perspectiva histórica da cidade.

5. REFERÊNCIAS

- ADUM, Sônia. *Imagens do progresso: civilização e barbárie em Londrina – 1930-1960*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 1991.
- ANDRADE, Luis A.G de; AZEVEDO, Sérgio de. *Habitação e Poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional da Habitação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- ARIAS NETO, José Miguel. *O Eldorado: representações da política em Londrina (1930-1975)*. 2. ed. Londrina: EDUEL, 2008.
- ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO S/A. *Plano Preliminar Londrina*. ASPLAN S/A, 1967.
- BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO. *Manual Cura*. BNH: Rio de Janeiro, 1973.
- BATISTA FILHO, João. *O projeto Cura no parque Guanabara: uma política-programa de renovação urbana em Londrina*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.
- BORTOLO, Carlos Alexandre de. A produção de um espaço público e os agentes produtores da cidade: o caso do Lago Igapó em Londrina – PR. *Geo UERJ*, ano 12, nº . 21, v. 2, 2º semestre de 2010. Disponível em <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/1488/1246>>. Acessado em 13 nov. 2012.
- BORTOLOTTI, João Baptista. *Planejar é preciso: memórias do desenvolvimento urbano de Londrina*. Londrina: Midiograf, 2007.
- CARVALHO, Sonia Nahas de. Políticas públicas em questão: a experiência do programa Cura. *Perspectivas*. São Paulo, 8:13-28, 1985. Disponível em <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1843/1510>>. Acessado em 31/07/2012.

CERTEAU, M.; GIARD, L.; MAYOL, P. *A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar*. Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2003.

COSTA, Osmani. A vila melhorou e o povo foi embora. *Folha de Londrina*, Londrina, 06/11/1985, p.4.

CREA-PR. *Tempos Modernos: A História do Paraná e do CREA-PR em 75 anos do Conselho*. Curitiba, 2009. Disponível em <http://www.crea-pr.org.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=22:livro-75-anos&Itemid=95>. Acessado em 27 de jul. de 2012.

DÉAK, Csaba. O processo de urbanização no Brasil: Falas e façanhas. In: _____; SCHIFFER, Sueli Ramos (Orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2010.

FEST, Fausto Delanne de Campos. *Projeto Cura – complementação urbana e mudanças espaciais*. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

FOLHA DE LONDRINA. *Bandeirantes, paraíso de problemas*. 19/10/1975.

_____. *Dentro de 120 dias será concluído centro comercial para 10 bairros*. 08/08/1976.

_____. *Diretores do BNH: continuamos de portas abertas para Londrina*. 07/05/1975.

_____. *Estaria o projeto Cura atendendo a bairros privilegiados?* 18/05/1975.

_____. *Iniciada capa asfáltica no final da av. Higienópolis*. 28/10/1975.

_____. *Mais urbanização*. 13/05/1975.

_____. *Prefeito não aceita acusação de sociólogo da Universidade*. 10/11/1985.

_____. *Projeto CURA, aqui, serve de exemplo para outras cidades*. 06/05/1975.

_____. *Projeto CURA possibilita construção de novas praças*. 11/07/1980.

_____. *Supervalorização imobiliária da zona nobre de Londrina*. 29/08/1976.

_____. *Técnicos de Aracaju vieram ver o CURA*. 28/09/1976.

FPFL/CEPAM – Fundação Prefeito Faria Lima/Centro de Estudos e Pesquisas em Administração Municipal – *Avaliação do Programa CURA* – Relatório Final. Rio de Janeiro: BNH-DEPEA, 1987.

FRAZÃO, Marcelo. Proposta original de Burle Marx previa uma revolução urbana. *Jornal de Londrina*, 26-07-2009. Disponível em <<http://www.jornaldelondrina.com.br/edicaododia/conteudo.phtml?id=908653>>. Acessado em 07 nov. 2012.

FRESCA, Tania Maria. Mudanças recentes na expansão físico-territorial de Londrina. *Geografia*. Londrina, v.11, n.2, jul/dez 2002. Disponível em <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/6728/6070>>. Acessado em 26 fev. 2012.

JANUZZI, Denise de Cássia Rossetto. O desenvolvimento de Londrina e as transformações nos espaços públicos da região central. *Semina*. Londrina, v.26, p. 87-94, set. 2005.

LONDRINA. *Alternativa de Execução do Plano Plurianual*. Secretaria de Planejamento, 1975.

_____. *Caderno de Estudo: Pesquisa físico-urbanística, sócio-econômica, proposições básicas e estudo econômico-financeiro dos bairros Higienópolis, Guanabara e Quebec*. Secretaria de Planejamento, 1974.

_____. *Plano Plurianual Cura*. Secretaria de Planejamento, 1975.

_____. *Plano de Desenvolvimento Urbano*. Secretaria de Planejamento, 1979.

LUCCHESI, Maria Cecília. *Curam-se as cidades*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*. Tradução de Jefferson L. Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

RAZENDE, Nestor. Segregação socioespacial nas cidades da Região Metropolitana de Londrina. *Vitruvius*, out. 2011. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.137/4099>>. Acessado em 27 fev. 2012.

REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984)*. Londrina: EDUEL, 2001.

SOUZA, Maria Adélia A. de. O II PND e a política urbana brasileira: Uma contradição evidente. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (org.). *O processo de urbanização no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2010

SINGER, Paul. O Plano Diretor de São Paulo. 1989-92: A política do espaço urbano. In: MAGALHÃES, Maria Cristina Rios. *Na sombra da cidade*. São Paulo: Editora Escuta, 1995.

TOMAZI, Nelson Dacio. *“Norte do Paraná”*: História e fantasmagorias. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

VAINER, Carlos B. Utopias urbanas e o desafio democrático. *Revista Paranaense de desenvolvimento*, Curitiba, n. 105, p. 25-31, jul/dez 2003. Disponível em <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/173/149>>. Acessado em 19 de out. de 2012.

VIZIOLI, Simone Helena Tanoue. A relação entre o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) e o Banco Nacional de Habitação (BNH). In: *Planejamento*

urbano no Brasil: a experiência do SERFHAU enquanto órgão federal de planejamento integrado ao desenvolvimento municipal. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.